



Instituto Federal de Brasília

Campus Riacho Fundo

Especialização em Ensino de Humanidades e Linguagem

ISABELITA SOLANO MENDES PEIXOTO

O direito reprodutivo e a representação do papel da mulher na sociedade brasileira na obra “As meninas” de Lygia Fagundes Telles

Brasília
2024

ISABELITA SOLANO MENDES PEIXOTO

O direito reprodutivo e a representação do papel da mulher na sociedade brasileira na obra “As meninas” de Lygia Fagundes Telles

Trabalho apresentado ao Programa de Especialização em Linguagens e Humanidade do Instituto Federal de Brasília, campus Riacho Fundo, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Linguagens e Humanidades, área de concentração: Estudos Literários.

Orientadora: Prof^a Dr^a Paula Queiroz Dutra

Brasília

2024

Peixoto, Isabelita Solano Mendes.

O direito reprodutivo e a representação do papel da mulher na sociedade brasileira na obra “As meninas” de Lygia Fagundes Telles / Isabelita Solano Mendes Peixoto ; orientação Paula Queiroz Dutra. — Riacho Fundo, DF: 2024.

54 f. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Humanidades e Linguagem) — Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho Fundo, Riacho Fundo, DF, 2024.

Orientador(a): Paula Queiroz Dutra.

1. direitos reprodutivos. 2. teoria feminista. 3. ditadura militar. 4. representação. 5. literatura. I. Dutra, Paula Queiroz, orient. II. Instituto Federal de Brasília. III. Título.

Agradecimentos

Às mulheres que me antecederam na luta pelos direitos das mulheres e que permitiram que pudéssemos estar hoje na academia discutindo uma obra escrita por uma autora e que trata da perspectiva feminina a respeito do mundo.

À minha filha, mulher independente do século XXI, que com sua energia, perspicácia e visão de mundo busca igualdade de tratamento entre seus pares e defende um mundo mais justo para as mulheres.

À minha orientadora, que com seu entusiasmo e repertório, me apresentou um outro olhar sobre a literatura, aquele escrito e lido por mulheres.

À minha mãe, que mesmo sem saber sobre as teorias feministas nem se engajar em movimentos sociais, lutou pelo seu lugar ao sol, suas vontades e autonomia, abrindo caminho, para que eu entendesse a importância de me manifestar sobre as minhas ideias.

“Woman must write her self: must write about women and bring women to writing, from which they have been driven away as violently as from their bodies - for the same reasons, by the same law, with the same fatal goal. Woman must put herself into the text-as into the world and into history - by her own movement.”
Helene Cixous

Resumo

O presente trabalho propõe uma análise da obra literária *As Meninas* de Lygia Fagundes Telles pela perspectiva do direito reprodutivo, abrangendo a evolução do feminismo no Brasil até a década de 70, juntamente com o desenvolvimento do direito reprodutivo no século XX. Destaca a importância de compreender a história das mulheres durante o período militar, elaborando nas expectativas sociais e explorando barreiras de classe e raça. A primeira parte aborda a literatura feminina, com ênfase em Lygia Fagundes Telles, vinculando suas obras ao feminismo e direitos reprodutivos. A segunda parte analisa a representação dos direitos sexuais e reprodutivos em *As Meninas*. As considerações finais resumem as teses apresentadas, destacando a relevância do tema em uma sociedade ultraconservadora, abordando o movimento feminista, o direito reprodutivo, a literatura escrita por mulheres, a repressão, a construção narrativa, a pluralidade e a subjetividade das personagens.

Abstract

This paper proposes an analysis of the literary work *As Meninas* by Lygia Fagundes Telles from the perspective of reproductive rights and presents a comprehensive analysis of the evolution of feminism in Brazil up to the 1970s, and of the development of reproductive rights in the 20th century. It highlights the importance of understanding women's history during the period of military rule, elaborating on social expectations, and exploring class and race barriers. The first part of the paper addresses women's literature, with an emphasis on Lygia Fagundes Telles, linking her works to feminism and reproductive rights. The second part analyzes the representation of sexual and reproductive rights in Telles' *As Meninas*. The final part summarizes the theses presented, highlighting the relevance of the topic in an ultra-conservative society, addressing the feminist movement, reproductive rights, literature written by women, repression, narrative construction, plurality, and character subjectivity.

Sumário

Introdução	8
1. Literatura e Contexto	14
1.1 A literatura escrita por mulheres	14
1.2 Lygia Fagundes Telles no campo literário Brasileiro	18
1.3 O feminismo e os direitos das mulheres no Brasil	21
1.4 O contexto da ditadura militar	30
1.5 As meninas e sua relação com o contexto da ditadura militar	31
2. Análise	34
2.1 A representação dos direitos sexuais e reprodutivos em <i>As meninas</i>	34
2.2 Aborto	38
2.3 Maternidade	41
2.4 Casamento	43
2.5 Virgindade	46
Considerações finais	49
Referências bibliográficas	50

Introdução

O ano é 1973. A corte suprema dos Estados Unidos estabelece o direito ao aborto a partir do célebre caso de *Roe vs Wade*, e justifica a decisão pelo direito à privacidade. Mulheres americanas, então, têm a liberdade de escolher se vão ou não continuar uma gravidez. Em 1973, também, Lygia Fagundes Telles publica seu livro *As meninas*, no qual traça um panorama das angústias e aspirações de três universitárias representativas da classe média urbana brasileira num contexto de mudanças sociais durante a ditadura militar. No texto, além da narrativa que explora as relações humanas, há a descrição um tanto crua de um cotidiano feminino de intimidade amorosa, militância e aborto. E antes que o ano de 1973 se encerrasse, eu nasci. Da mesma forma que as meninas viveram seus dramas de acomodação e repúdio ao machismo, experimentaram o desejo ao casamento, o amor impossível e o ativismo por justiça social, eu também caminho nesse mesmo processo de aceitação e questionamento do papel da mulher na sociedade brasileira atual.

Assim como o ano de 1973 teve sua relevância pelos fatos apresentados, o ano de 2022 foi marcante para aspectos pertinentes a este texto. Perdemos Lygia Fagundes Telles, mas sua trajetória literária se mantém viva, repleta de personagens que refletem a complexidade de um tempo numa sociedade que está em conflito entre o tradicional (subalterno) e o moderno (livre), ou seja, sujeitando-se ao que está social e culturalmente estabelecido ou abraçando mudanças que implicam quebra nos padrões de comportamento. Suas histórias representam não uma definição fechada de ser mulher, que deve espelhar as expectativas e imposições de um determinado contexto, mas que, como observa Susana Funck, trata de experiências que retratam:

um processo que transforma em subjetivas as relações que são, em verdade, sociais e históricas – e, portanto, contingentes. Assim, ao ser afirmada, [uma] experiência como mulher necessariamente exclui outras experiências de ‘mulheridade’, universalizando o particular e generalizando o local (Funck, 2011, p. 66).

No caso específico do livro *As Meninas*, as diferentes vozes se entrelaçam, ora sendo das personagens, ora sendo da própria narradora, criando várias possibilidades de significados que, mesmo sendo possível identificar discursos distintos, percebe-se a convergência do “questionamento aos papéis de gênero

enquanto construções ideológicas e discursivas. Há um embate interno entre penetrar nessa corrente de papéis naturalizados ou buscar novos sentidos” (LEAL, 1999, p. 17).

O ano de 2022 também trouxe a decisão da Corte Suprema Americana de revogar o direito à interrupção da gravidez, ação que vem reverberando a atuação de setores conservadores de vários estados da terra do Tio Sam, que passam a legislar contra direitos reprodutivos já garantidos e ameaçar a saúde, a dignidade e a vida de pessoas que gestam (TOTENBERG & MCCAMMON, 2022). E no Brasil, apesar de uma vitória no campo progressista com a recolocação de um presidente de esquerda no poder, vamos sofrendo a ascensão e ramificação de visões ultraconservadoras que, além de questionar conquistas de direitos iguais para todos, ainda tentam influenciar decisões em instâncias menores, como conselhos tutelares.

Cabe também colocar como exemplo a aprovação, em outubro de 2023, do Projeto de Lei 580/07 em Comissão na Câmara dos deputados que proíbe o casamento e a união estável entre pessoas do mesmo sexo, criando uma nova modalidade de contrato para garantir as relações patrimoniais. Parte do texto usa trechos bíblicos, estudos ultrapassados sobre a homossexualidade, além de associá-la à pedofilia, tudo para justificar que, por ser o casamento uma instituição que prevê a procriação, não cabe a pessoas do mesmo sexo por essas não poderem gerar filhos, ou mesmo definir que homossexuais não são idôneos para educar crianças. Esses temas andam no limiar de um mundo que se pensava avançando em questões sociais de inclusão, liberdades individuais e garantia de direitos que pouco a pouco vão sendo dificultadas por interpretações equivocadas de legislações vigentes, questionamento de entidades religiosas ou mesmo pela postura de líderes políticos.

Com relação ao tema de direitos reprodutivos, definido por Ventura (2009, p. 19) como “princípios e normas de direitos humanos que garantem o exercício individual, livre e responsável, da sexualidade e reprodução humana”, um dos pontos que mais traz polêmica e embates é o aborto. Nesse contexto, podemos destacar a discussão em curso no STF da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 422 que pede que os artigos 124 e 126 do Código Penal de 1940, ainda vigentes, e que se referem, respectivamente, ao aborto provocado pela própria gestante ou por ela consentido e ao aborto provocado por terceiro com

consentimento da gestante, sejam considerados incompatíveis com a Constituição de 1988 (ADPF nº 422/DF, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 231 de 11/10/2023). Na prática, sendo a ação julgada procedente, deixará de ser crime o aborto feito pela gestante ou com o consentimento dela. Para muitos, tal ação pode ser o caminho para a legalização do aborto até 12 semanas, o que esbarra num congresso que tem várias propostas para restringir o procedimento - como o estatuto do nascituro (FALCÃO, 2023) – ou mesmo o PL 1904/24 que define como homicídio a realização de aborto após 22 semanas, inclusive em situações de violência sexual.

Dentro desta discussão, torna-se emblemático o voto a favor da descriminalização do aborto até as doze primeiras semanas de gestação proferido pela ministra e relatora do processo Rosa Weber pouco antes de se aposentar. Um dos destaques de sua fala é que:

“o aborto não se trata de decisão fácil, que pode ser classificada como leviana ou derivada da inadequação social da conduta da mulher” e acrescenta que, em se tratando da proporcionalidade, a punição pela prática de aborto é “irracional sob a ótica da política criminal, ineficaz do ponto de vista da prática social e inconstitucional da perspectiva jurídica (BRASIL, 2023).

A fala da ministra aborda a problemática de se incluir o aborto na esfera criminal e ressalta a complexidade da decisão de se terminar uma gravidez como complexa no âmbito pessoal, além de se retirar da mulher a dignidade e a autonomia corporal. Contrário a este entendimento, observam-se tentativas toscas e de cunho moral que ferem tanto os trâmites do aborto legal, como violam a privacidade entre médico e paciente. Como exemplo, temos a cartilha de "Atenção Técnica para Prevenção, Avaliação e Conduta nos Casos de Abortamento" publicada ainda no governo Bolsonaro que, além de enfatizar que não existe aborto legal - não relevando as exceções previstas em lei e, portanto, legais - ainda prevê investigação policial para abortos realizados em casos de estupro. Outra aberração está numa lei aprovada em setembro de 2023 na Câmara Municipal de Santo André que proibia: “a instituição de qualquer política pública pelos órgãos da administração pública direta, indireta ou autarquias do município de Santo André que incentive ou promova a prática do aborto”, ou seja, mesmo nos casos previstos em lei (BRONZE, 2023).

A fim de tratar dos temas abordados, esse texto pretende, inicialmente, apresentar sua importância e relevância no atual cenário de conflito entre ideias ultraconservadoras que se contrapõem a lutas feministas de combate à violência de gênero, por exemplo, e ampliação e cumprimento de legislação referente a direitos reprodutivos, pauta amplamente defendida pelo campo mais progressista. Nesse sentido, entende-se a busca de garantia do acesso das mulheres à saúde sexual e reprodutiva, bem como o direito à autonomia sobre seus corpos, o que inclui a defesa do acesso ao aborto seguro e legal e políticas públicas de planejamento familiar a fim de garantir a dignidade e os direitos das mulheres.

Além de tratar do tema do direito reprodutivo, aqui compreendido como a capacidade de se tomar decisões informadas sobre a saúde reprodutiva e sexual baseada em informações e recursos que garantam autonomia e privacidade (ROMIO et al., 2015, p. 64), o presente trabalho procura apresentar o desenvolvimento da literatura escrita por mulheres, as diferentes temáticas presentes em textos produzidos por autoras, e a inclusão de vozes femininas na academia. Para isso, serão analisados alguns aspectos da obra *As Meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles, à luz dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no contexto brasileiro.

Então, é importante situar Lygia Fagundes Telles no campo literário, observando como sua arte se desenvolveu e se consolidou ao apresentar o cotidiano de mulheres na sociedade brasileira ao mesmo tempo em que narrava as fragilidades sociais e as violações políticas durante a ditadura militar.

Seu caminho como escritora se iniciou na primeira metade do século XX e, juntamente com outras autoras como Nélida Pinon e Clarice Lispector, tornou-se reconhecida no meio das Letras e se destacou com publicações que tratavam do universo feminino. Em uma breve pesquisa no catálogo de teses e dissertações da CAPES em outubro de 2023, observa-se que textos escritos sobre a autora (de 1990 a 2019) tratam de temas diversos como o fantástico na literatura, estudos comparativos, análise do discurso, ditadura militar, relações familiares e de gênero e representação do feminino.

Mais precisamente sobre o livro *As Meninas*, há pelo menos 21 trabalhos acadêmicos que analisam a obra e que têm como foco o universo feminino, sua

representação dentro da sociedade brasileira, a sexualidade e o tabu, a violência e a opressão. Dentro desta análise, não há menção sobre direitos reprodutivos de forma específica, apesar de alguns escritos tratarem da relação das personagens com seus corpos ou as expectativas sociais de emancipação e performance feminina - o que inclui a maternidade.

Assim, há a intenção de analisar a obra *As Meninas*, de Lygia Fagundes Telles, e focar nos aspectos recorrentes das personagens femininas da autora que poderiam, na superfície, serem descritas como mulheres submissas que se ajustam a uma sociedade repressora ou àquelas depravadas que se rebelam contra um sistema. Todas, no entanto, são personagens complexas que se situam no limiar entre acomodação ou subversão. Suas mentes e suas ações demonstram que uma categorização única ou padronizada é insuficiente para cada personagem. De acordo com Regina Dalcastagnè:

as mulheres constroem uma representação feminina mais plural e mais detalhada, incluem temáticas da agenda feminista que passam despercebidas pelos autores homens e problematizam questões que costumam estar mais marcadas por estereótipos de gênero. (DALCASTAGNÈ 2007, p. 130)

Na narrativa, misturam-se as queixas, angústias, desejos e medos das meninas, sendo impossível defini-las por completo ou colocá-las em uma caixinha, tratando-as assim, como seres transitórios e em transformação constante. Lygia Fagundes Telles faz uso de variadas técnicas narrativas como o fluxo de consciência – termo cunhado pelo psicólogo William James no final do século XIX e bastante utilizado por Virgínia Woolf – que implica uma organização não linear e acrônica do pensamento, com ruptura da sintaxe e da pontuação, além de uma fragmentação do foco narrativo, num constante diálogo entre as personagens e a narradora, às vezes de forma caótica.

Ambientada na cidade de São Paulo, mais precisamente no pensionato de freiras Nossa Senhora de Fátima, a narrativa acompanha a amizade de três estudantes lidando com seus conflitos pessoais enquanto acomodam o desenrolar do regime ditatorial violento que as afeta de formas diferentes. O que nos interessa aqui é reconhecer como o espaço – tanto o físico quanto o psicológico – traz à tona a

individualidade de cada personagem com dilemas que são universais e como a vida da mulher tem sido representada no ambiente privado. A narrativa também, com suas múltiplas vozes, revela e omite as ações, desejos e expectativas de cada uma das meninas. As ausências, como o que não é dito ou não é explicitamente citado, podem evidenciar como nas conversas mais reservadas entre mulheres, o tema direito reprodutivo é tratado nas sutilezas, sugerido ou relatado brevemente. As personagens têm suas vidas amorosas e íntimas reveladas por meio de ações, pensamentos, divagações. A vida no pensionato de freiras apresenta certa liberdade, mas com uma constante vigilância das religiosas. O ambiente privado de proteção se mistura ao público de exposição a toda sorte de riscos. A ideia do casamento tradicional é contrastada com a aceitação de se colocar no lugar de amante. O homem a quem se ama é trocado por aquele que oferece conforto financeiro. O tabu da virgindade é confrontado com relações sexuais casuais e o aborto, apesar de suas restrições legais, é abordado como algo cotidiano permeando a realidade das personagens.

Dentro desta análise é relevante tratar tanto da trajetória do feminismo no Brasil até a década de 70, como também oferecer um panorama da evolução do direito reprodutivo no século XX, focando tanto nas referências socioculturais como ações de políticas públicas, sem esquecer que a história do livro *As meninas* se passa durante o período militar. Ou seja, traçar um histórico da transformação dos costumes sociais da vida da mulher brasileira, questionando o que é dado como masculino ou feminino e extrapolando também as barreiras de classe e raça.

Nesse sentido, este trabalho de conclusão de curso terá em sua primeira parte um pequeno panorama da literatura escrita por mulheres, focando em estudos de gênero e representação. Dentro deste universo, detalha a contribuição de Lygia Fagundes Telles no campo literário, tanto na relevância das temáticas apresentadas em seus textos quanto na diversidade de teses e artigos escritos acerca de seus trabalhos. Outro ponto de importância aqui está na trajetória do feminismo no Brasil e sua relação com a legislação de direitos reprodutivos, o que inclui colocar o impacto sociocultural desta temática que acaba sendo retratada na obra de Telles. Finalmente, para entender melhor o contexto da obra *As Meninas*, uma breve recapitulação da Ditadura Militar no Brasil e seu impacto na vida cotidiana, mais precisamente para as mulheres.

A segunda parte faz a análise da representação dos direitos sexuais e reprodutivos abordando os itens discutidos neste trabalho e como podem ser entendidos no texto literário. Aqui, busca-se detalhar as características e vivências de cada uma das três personagens presentes no livro e suas perspectivas singulares a respeito do que se passa no momento histórico e social do país. Suas realidades distintas e conflitos internos são contrastados com suas opiniões e reações relativas a casamento, maternidade, virgindade e aborto.

Nas considerações finais, há um breve resumo das teses apresentadas, sobre a relevância do tema em uma caminhada ultraconservadora em nossa sociedade, o percurso do movimento feminista e do direito reprodutivo no Brasil, a literatura escrita por mulheres, o contexto de repressão, o espaço de construção da narrativa, a pluralidade e subjetividade das personagens, e como o tema proposto nesse trabalho foi apresentado no correr do texto.

1. Literatura e Contexto

1.1 A literatura escrita por mulheres

Virgínia Woolf aborda a escrita de autoria feminina em seu célebre livro *Um teto todo seu (A room of one's own)*, considerado um longo ensaio com elementos que depois serão muito relevantes nas perspectivas do feminismo e seus usos e ideias. Escrito em 1929, o texto apresenta a relação da mulher com a história e a literatura, e explica as condições sociais e econômicas necessárias para haver mulheres escritoras, a problemática da tradição de textos escritos por mulheres, a caracterização da voz feminina nos textos, e finalmente um conceito de escrita andrógino, que não tendenciasse para qualquer gênero.

Muito do ensaio é direcionado a lidar com a falta de presença de mulheres escritoras na história da literatura, justificando que a ausência de elementos materiais seria responsável por essa lacuna, mais do que a criatividade e a excepcionalidade intelectual. Como exemplos, ela trata da não oferta de educação formal para mulheres, a expectativa do trabalho doméstico e leis que as deixavam sob tutela de

pais ou maridos. Outro argumento colocado pela autora é de que, durante séculos, houve a predominância de representação cultural de valores e perspectivas masculinas em detrimento de experiências femininas, ou seja, as mulheres não eram narradas a partir de seus pontos de vista, mas a partir da visão de escritores homens, como explicado a seguir:

She pervades poetry from cover to cover; she is all but absent from history. She dominates the lives of kings and conquerors in fiction; in fact she was the slave of any boy whose parents forced a ring upon her finger. Some of the most inspired words, some of the most profound thoughts in literature fall from her lips; in real life she could hardly read, could scarcely spell, and was the property of her husband (WOOLF, 1992, p. 56).¹

Por fim, Woolf coloca a possibilidade de se ter uma segurança financeira e um espaço privado como formas de se criar uma base material para que mulheres comecem a exercer o ofício da escrita. Assim, autoras teriam tempo, independência e liberdade de pensamento para enfim iniciarem um processo de escrita que, ainda deveria passar pelo crivo de expectativas culturais para o gênero feminino. Lidando com seu próprio contexto, Woolf menciona que somente no início do século XX, as experiências e vozes de mulheres começaram a se fazer presentes, afastando-se dos modelos masculinos até então privilegiados e dominantes.

Cinquenta anos depois do ensaio de Woolf, Elaine Showalter (1994) apresenta, em seu texto “A crítica feminista no território selvagem”, uma discussão sobre como a escrita de autoria feminina e a crítica literária feminista têm se concretizado no ambiente acadêmico ao questionar o cânone da crítica tradicional a partir de um pluralismo de tendências e impasses que levam em consideração o gênero. Tomando como base um comparativo entre uma abordagem crítica focada na mulher leitora em oposição a que investiga a mulher escritora, sendo a primeira aquela que se vê retratada em um texto literário a partir do ponto de vista masculino e a segunda como sujeito de seu próprio discurso, o artigo discorre sobre a falta de metodologia e teoria específicas para tratar a crítica feminista. Gostaria de me deter, no entanto, na

¹ "Ela permeia a poesia de capa a capa; ela está praticamente ausente da história. Ela domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na verdade, ela era escrava de qualquer menino cujos pais forçassem um anel em seu dedo. Algumas das palavras mais inspiradas, alguns dos pensamentos mais profundos na literatura saem de seus lábios; na vida real, mal podia ler, mal sabia soletrar, e era propriedade do marido."

ampliação da questão sobre a dominação masculina tanto na academia quanto na literatura em si, tema esse proposto por Woolf.

No filme americano *Women Talking* de 2022, escrito e dirigido por Sarah Polley, um grupo de mulheres de uma comunidade religiosa precisa decidir sobre o destino de seus agressores. Tentando argumentar se permanecem em seus lares e perdoam os homens que as abusaram ou se deixam o grupo e tentam uma vida longe dali, as vítimas debatem o que pode ser feito a partir de percepções da bíblia e suas narrativas pessoais. O que marca nesse diálogo é que as mulheres, analfabetas, precisam usar a linguagem que elas conhecem a partir de estudos bíblicos para falar de suas emoções, seus corpos e a violência sofrida. Assim, elas usam a linguagem dos homens, opressores, pois não possuem vocabulário adequado para descrever o que vivenciaram. Retornando a Showalter, pode-se teorizar se textos escritos por mulheres diferem daqueles escritos por homens e se a diferença existente é decorrente de aspectos linguísticos ou culturais. Se uma língua é construída para atender a experiência de um grupo, dominante, ou do opressor, masculino, e esse enredo é tratado como relevante, como poderiam as mulheres transgredir?

Showalter (1994) apresenta uma outra vertente, a *ginocrítica*, para propor uma organização da análise da literatura feita por mulheres que atuariam em duas frentes: tratar as mulheres como grupo literário distinto e verificar as diferenças nos escritos de mulheres. Dentro desta argumentação, Sara Mills (2012) coloca que a identidade de um indivíduo, juntamente com sua performance, é realizada a partir da linguagem oferecida em um determinado contexto (tempo, lugar e grupo social) e esse repertório descreve a discriminação que mulheres sofrem a partir da linguagem criada por e para homens.

Alguns teóricos afirmam que a escrita feminina difere largamente da masculina, justificando esse argumento a partir da análise de textos escritos por ambos e criando categorias que exemplificam que aquilo que é escrito por homens é tomado como norma e por mulheres é desviante. Showalter discorda dessa ideia de diferenças entre a linguagem em textos escritos por mulheres, pois ela acredita que a experiência cultural coletiva feminina reflete diferenças tanto entre homens e mulheres, como também dentro de um universo de mulheres divididas por raça, classe e nacionalidade.

Durante um longo período da história, as mulheres foram tratadas numa posição subalterna à masculina e foi construído um modelo narrativo social para tal. Antes mesmo de se firmarem como leitoras ou autoras, as mulheres apresentadas em textos de tradição literária ocidental escritos por homens apareciam como o foco da trama ou musa inspiradora, mas a essas personagens não necessariamente era oferecida complexidade e presença para o desenrolar da trama, ou mesmo eram representadas a partir de valores morais criando-se uma dicotomia entre mãe, esposa e santa contra a mulher livre, a prostituta e a bruxa (OLIVEIRA & CAMARGO, 2015).

A partir do início de uma maior escolarização da mulher burguesa nos séculos XVIII e XIX, a leitura de romances que apresentavam aventuras amorosas e tramas domésticas, temas considerados tipicamente femininos, se popularizaram. Tais enredos direcionados às mulheres acabaram por criar tanto estereótipos femininos como considerar esse tipo de literatura como de menor valor (BELLIN, 2011). Assim, a mulher leitora passa não só a observar como está representada na literatura, mas também a revisar os significados presentes nos textos a partir de suas experiências culturais, sociais e históricas.

A expectativa de um estilo feminino considerado como literatura menor pode ser questionada, conforme Coelho (1993), já que reflete uma herança social, literária e cultural que posiciona a escrita masculina como decorrente de sua natureza viril, criativa e agressiva em oposição a um texto delicado e sutil escrito por mulheres, como se essas diferenças espelhassem uma ordem biológica.

Dalcastagnè (2007) aponta um dado importante sobre a produção literária brasileira nos primeiros 15 anos do século XXI, de que as mulheres autoras representam apenas 30% de obras publicadas por grandes editoras nacionais. Tal fato poderia ter várias explicações, que incluem tanto a familiaridade com um repertório masculino em função da maior presença histórica de homens nas artes quanto a busca por credibilidade em obras escritas por mulheres a partir de uma representação igualitária de personagens de gêneros diversos. Esses desafios refletem questões mais amplas de desigualdade de gênero e preconceitos arraigados na sociedade, que ainda hoje influenciam o mercado editorial.

Os últimos séculos, portanto, trouxeram conquistas no campo literário que permitiram maior autonomia e mais espaço para que mulheres, leitora e escritoras, questionassem não só estereótipos negativos associados à personagens femininas, mas também trouxesse visibilidade às temáticas e impressões que mulheres têm sobre suas próprias narrativas, construídas a partir de uma interpretação sobre si mesmas.

1.2 Lygia Fagundes Telles no campo literário Brasileiro

No contexto da historiografia literária brasileira, Lygia Fagundes Telles é frequentemente situada como uma das principais vozes da literatura contemporânea do Brasil, ao lado de outras escritoras brancas importantes do período, como Clarice Lispector. Reconhecida como a dama da literatura brasileira, nasceu em abril de 1923 em São Paulo. De origem abastada, filha de um promotor público e uma pianista, se interessou pela literatura e a arte de narrar histórias ainda criança, dedicando-se aos textos e tendo seu primeiro livro de contos publicado aos 15 anos.

Seus próximos trabalhos no gênero vieram em 1944 e 1949, com outros títulos de contos publicados de 1958 a 2012. A estreia com um romance aconteceu em 1954 com *Ciranda de Pedra*. Em 1964 é a vez de *Verão no Aquário* seguido de *As Meninas*, de 1973. Seu último romance é *As Horas Nuas* de 1989, mas sua carreira ainda abarca uma vasta e rica produção literária com crônicas, antologias, memórias e relatos de viagem, coletâneas, prêmios nacionais e internacionais diversos, adaptações para televisão, teatro e cinema, além de sua atuação como membro da Academia Brasileira de Letras iniciada em 1987 e a indicação ao Prêmio Nobel de Literatura no ano de 2016.

Podemos dizer que o universo ficcional de Lygia Fagundes Telles questiona tanto questões sociais de normas e valores relativas a seu tempo como aborda o papel da mulher numa sociedade que passava por mudanças significativas dentro de um regime totalitário. Em resumo, sua obra é:

...ao mesmo tempo, real, fantástica e verossímil. Ao criar suas tramas, ela consegue transformar uma experiência particular em uma experiência universal, e ao utilizar-se da clareza, da objetividade, do despojamento de gestos familiares e cotidianos, lida com fios dramáticos os quais chegam a

beirar a banalidade, porém são capazes de fixar profundamente a tragédia anônima-residente no interior de cada um de seus leitores. (RODRIGUES, 2014, p.14)

Lygia Fagundes Telles, oriunda de um contexto social privilegiado, pôde se dedicar a atividades além do ambiente doméstico, indo cursar tanto direito quanto educação física, duas áreas que lhe dariam oportunidades distintas de atuação profissional em paralelo ao ofício de escritora. Em 1947, casou-se pela primeira vez com o professor universitário Goffredo Telles Junior. Durante este período, ampliou seu círculo de convivência com artistas e intelectuais, o que contribuiu para sua trajetória como escritora. A partir de 1963, já casada com o crítico de cinema Paulo Emílio Sales, aproximou-se do universo cinematográfico e das discussões socialistas, ampliando ainda mais seu campo de atuação e influência.

Diferentemente de textos literários escritos por homens que narram personagens femininas sob uma ótica do olhar masculino observador de comportamentos femininos, descrevendo-as como musas, hiper sexualizadas, coadjuvantes, frágeis ou superficiais, Telles, ao pensar a função do escritor, apresenta personagens que refletem o ambiente social e histórico em que estavam inseridas, ou seja, como testemunhas de seu tempo e de sua sociedade (TEZZA apud TELLES: 2009, p. 285). Suas obras descrevem as relações humanas, especialmente as relações de gênero e os conflitos sociais, além de explorar questões de identidade e a condição feminina na sociedade brasileira. As diversas mulheres narradas representam: “diferentes valores culturais, diferentes perfis ideológicos e psicológicos, e da representação desses rostos heterogêneos” (PINTO, 1997, p. 70) e, assim, são protagonistas de suas próprias narrativas, transgressoras por questionarem papéis impostos e complexas por discutirem sobre seus desejos e relações sociais.

Confessando ser uma feminista inconsciente no início de sua carreira ao explicar que batalhava por suas ideias e sua vocação (TELLES, 1998, p.60), Telles se posiciona politicamente ao apontar e problematizar, em seus textos, sexismo, preconceitos e violências, além de apresentar personagens complexas e desenvolver tramas que capturam a vida cotidiana e os dilemas existenciais. Isso pode ser explicado por estar o feminismo no Brasil, à época da escrita de seus textos iniciais,

em processo de construção, voltado mais especificamente para mulheres brancas de classe média e alta, ainda desconsiderando as dimensões sociais e raciais, e ignorando as contribuições das mulheres negras e indígenas.

Confrontando padrões e valores arraigados na sociedade brasileira em fins dos anos 60 e início dos anos 70, seus escritos vão abordar temas como sexualidade, moralidade, conflitos sociais e políticos, comportamento humano com ênfase nas relações entre mulheres e o papel da mulher na sociedade, apresentando uma visão mais intimista da vida. Ela explica “que a liberação das mulheres significa ser paga por seu trabalho” (TELLES, 1997, p. 60) e propõe que elas devem realizar suas vocações em qualquer campo, sem preconceito. A sua definição de feminismo é a seguinte:

O feminismo é isto, feminismo é ter uma finalidade, um objetivo. Acho que o feminismo é exatamente o trabalho que a mulher deve realizar. Sua presença deve se fazer sentir em todos os ramos de atividades, detestando todo tipo de preconceito (TELLES, 1997, p. 63).

O interesse acadêmico pelas obras de Lygia Fagundes Telles data de artigos, dissertações e teses escritas já a partir de 1978, em número crescente ao longo das décadas, e inclui uma enorme variedade de áreas de conhecimento e temas discutidos, indo da linguística à crítica literária, além da psicologia e a história, em estudos sobre personagens femininas, contos fantásticos, foco narrativo, ditadura, tabus, violência, mitologia, questões de gênero, repressão sexual, memórias, entre outros.

Uma rápida pesquisa no Google Scholar em 26 de outubro de 2023 trouxe 718 resultados para o nome de Lygia Fagundes Telles incluído no título de artigos, livros, trabalhos de conclusão de cursos, teses e dissertações. Destes, 81 se referem ao livro *As Meninas* e abordam temas como identidade, feminismo, ditadura militar, violência, discurso narrativo e questões de gênero. Já o catálogo de teses e dissertações da Capes reúne 231 trabalhos a respeito da autora, sendo 28 sobre *As Meninas* que, dentre outros temas, investigam tanto as personagens femininas quanto o período histórico. Destes títulos consultados, nenhum apresenta como tema central a temática de direito reprodutivo, apesar de alguns tratarem tangencialmente aborto,

liberdade sexual, casamento e contracepção. Daí a relevância do presente estudo que busca focar em como o tema acima é abordado na obra.

O contexto da escrita do livro *As Meninas* descreve uma estrutura social ocidental ainda de pós-guerra que, após o engajamento das mulheres nos trabalhos das fábricas durante a ausência dos homens, retornam aos lares para cumprir o papel de mãe e dona de casa subordinada ao marido, formato esse que logo irá se reconfigurar a partir do crescimento urbano e da ascensão da classe média (FRIEDAN, 2021).

Além disso, a industrialização dos grandes centros gesta um grupo de consumidores não só de produtos, mas também de educação, permitidos pelo surgimento de novos postos de trabalho e consequente ocupação destes por mulheres, tirando-as do espaço estritamente privado.

Assim, temos no livro a mescla de três gerações de mulheres que vivenciaram as mudanças de comportamento, legislação e oportunidades profissionais e acadêmicas proporcionadas pelo pós-guerra e o choque de um período controverso e conturbado da ditadura, que irá refletir como as meninas transitam entre o tradicional e o subversivo.

1.3 O feminismo e os direitos das mulheres no Brasil

O movimento feminista é diverso e heterogêneo na busca de igualdade e equidade entre os gêneros nos âmbitos social, político e econômico. Como principais reivindicações, em suas diferentes fases, estão a superação da opressão feminina (aqui podendo-se incluir hierarquias de gênero, classe, raça e orientação sexual), inclusão das mulheres na vida política (assim modificando a perspectiva na proposição de legislação acerca de temas relativos às mulheres), autonomia feminina (refletida em decisões sobre a vida reprodutiva, o direito ao trabalho e à propriedade), além da crítica às construções sociais impostas (maternidade compulsória, exercício do trabalho de cuidado e a exaltação à feminilidade).

A chamada primeira onda do feminismo, de caráter igualitário e voltado para lutas sociais, surge ainda no final do século XIX na Europa e Estados Unidos com

repercussão no século seguinte. O foco estava na reivindicação por direitos políticos (voto sendo o primordial com as sufragistas); mudanças na legislação acerca do casamento (por direito à propriedade e contra matrimônios arranjados); e acesso à educação formal e igualdade nas condições laborais, já que mulheres podiam ser contratadas com salários relativos a um terço dos homens com jornadas mais longas de trabalho (ZIRBEL, 2021).

No Brasil, seguindo os preceitos da primeira onda do feminismo, mulheres oriundas das classes média e alta, em sua maioria com acesso à educação formal e intelectualizadas, lutavam pelo direito ao voto feminino, direito este conquistado em 1932 durante o governo Getúlio Vargas. A bióloga Bertha Lutz se destacou nesse processo atuando com outras pioneiras pela pauta sufragista, mas seu trabalho inclui também propostas na legislação trabalhista visando a igualdade salarial com redução da jornada de trabalho, além da licença maternidade de três meses. No entanto, a mudança de legislação não necessariamente trouxe um questionamento sobre as visões estereotipadas de gênero, o que incluía as virtudes femininas de maternidade e domesticidade (CAETANO, 2017).

Autora da conhecida afirmação “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2016, p. 11), Simone de Beauvoir aponta para a construção da definição do feminino como extrapolando a biologia e inserindo-o na cultura e no processo de socialização. O período da primeira e segunda guerra mundial foi responsável por um novo arranjo social, com mulheres de diferentes contextos indo trabalhar, ora como operárias em fábricas ou no setor de serviços, ora como voluntárias no atendimento de feridos ou assistindo pessoas em situação de pobreza.

Assim, o embrião da segunda onda se inicia no intervalo entre guerras, com mulheres retornando ao lar - junto a implementação de políticas natalistas - depois de ocuparem os postos de trabalho antes destinados aos homens que haviam se ausentado para ir lutar (ZIRBEL, 2021). Já com quase meio século de direitos conquistados, a persistência da desigualdade entre os sexos continuava com a mulher permanecendo como cuidadora, dona de casa, mãe, oprimida em seu ambiente privado, discriminada por seu gênero. Havia então o questionamento do papel natural da mulher ser o ambiente doméstico, a esposa que acata as necessidades do marido (sociais e sexuais), a maternidade compulsória.

Betty Friedan (2021), em seu livro *A Mística Feminina*, elaborado a partir de depoimentos de mulheres brancas escolarizadas de classe média, explora a expectativa sociocultural da mulher que aspira ao casamento, aos cuidados dos filhos e ao ambiente privado. Se durante a primeira guerra investiram seu tempo e talento ocupando postos de trabalho e bancos escolares antes destinados aos homens, essas mulheres de independentes se sujeitam novamente a perspectivas propagadas pela mídia da época, de almejar um casamento, filhos, a rotina doméstica. Assim, rejeitam sua própria identidade, não se realizam - aqui poderíamos incluir aspirações pessoais, educacionais e profissionais - e tornam-se fadadas ao lar.

As pautas nesse período, em torno das décadas de 50 e 60, se voltam, então, para as inquietações sobre as diferenças de gênero construídas culturalmente, a defesa da liberdade sexual das mulheres, a possibilidade de controle sobre o próprio corpo com relação à reprodução, a disponibilidade do anticoncepcional e políticas de planejamento familiar.

Em terras brasileiras, o período da segunda onda coincide com a Ditadura Militar que põe em xeque os preceitos de cidadania e reforça a opressão patriarcal, colocando em pauta não somente a luta para reduzir as desigualdades entre homens e mulheres, mas também a redemocratização do país. As discussões sobre sexualidade e relações de poder contrastam com a pauta de costumes. Teles destaca:

...o pioneirismo das mulheres populares que romperam com o silêncio, a censura, à repressão política e a dinâmica limitada do cotidiano para ocupar ruas e praças na luta contra a alta do custo de vida, em defesa da anistia, das liberdades políticas, por creches e contra a ditadura. Defenderam o direito de serem feministas, os direitos à sexualidade e ao prazer sexual, o direito de serem mulheres lésbicas. Defenderam prostitutas perseguidas covardemente pela polícia. Denunciaram as torturas cometidas pela ditadura, a violência sexual sofrida pelas presas políticas. (2014, p.112)

Vale destacar que, apesar das conquistas do movimento feminista até aqui discutidas, há uma falha em reconhecer a trajetória de mulheres negras e suas contribuições para a luta contra diversas formas de opressão. Conforme pontua Sueli Carneiro (2019), há uma tendência em se universalizar a experiência feminina, uma visão eurocêntrica, e desconsiderar as questões étnicas, sociais e raciais. Inclui-se também relações hierarquizadas que beneficiam mulheres brancas e marginalizam

mulheres negras, como o vínculo entre patroa e empregada doméstica. Enquanto a primeira reivindica seu espaço no domínio público, buscando autonomia através do trabalho e do estudo, a segunda é relegada aos afazeres da casa, função laboral historicamente associado às mulheres negras e que sustenta a desigualdade racial e de gênero.

A terceira onda, já na década de 90, passa a questionar as demandas até então defendidas, por considerar que o foco estava nas experiências elitizadas da mulher branca heterossexual educada de classe média. A universalização dos problemas e formas de opressão são contestadas, ultrapassa os debates acadêmicos e amplia a discussão para raça, classe, orientação sexual e contexto social. A categoria mulher, criada em oposição à categoria homem, e que foi usada pelo momento anterior como forma de unificar demandas, é questionada e ampliada para incluir pautas das mulheres indígenas, negras, lésbicas, imigrantes, quilombolas, entre outras, assim ressaltando a diversidade dentro do feminismo (Terceira onda do Feminismo, UnB TV, 2016).

Mais precisamente, houve uma maior articulação entre mulheres negras sobre a problemática de se unificar a experiência feminina, assim colocando em evidência as diferenças baseadas em privilégios, relações de poder e discriminação de forma interseccional, ou seja, baseado também em raça, classe e sexualidade. Em resumo, Izadora Monte afirma que a:

acumulação sistemática de conhecimento sobre as causas da opressão das mulheres é fruto da emergência da terceira onda feminista, sustentada por feministas pós-coloniais, pós-estruturalistas e pós-modernas. Essas levantam dúvidas sobre a possibilidade de se construir um elenco fixo e determinado de causas estruturais para a opressão das mulheres. Para pesquisadoras pós-estruturalistas e pós-coloniais, as fontes de opressão são dinâmicas e complexas, em consonância com o dinamismo das relações sociais em geral, em constante estruturação, e não podem ser identificadas e fixadas como queriam as feministas de ponto de vista, principalmente se considerarmos o posicionamento específico, ocidental e branco, destas. (MONTE, 2013, p.74)

A terceira onda no Brasil se consolida na discussão das diferenças entre os feminismos e em processos de institucionalização, o que implica na aproximação do movimento com o estado para criação de políticas públicas que contemplassem, entre

outros, legislação de inclusão das mulheres na vida política e redes organizadas de apoio via ONGs, por exemplo.

Ao se pensar a trajetória de lutas por direitos das mulheres, imagina-se que estivéssemos num patamar de usufruir das demandas já conquistadas nos últimos cem anos. No entanto, não só lidamos com retrocessos no cenário político com pautas que visam modificar legislações consagradas, como enfrentamos pressões de setores conservadores da sociedade para que haja restrições e constrangimentos no acesso à direitos reprodutivos. Corroboramos com a definição apresentada por Miriam Ventura de que:

Direitos Reprodutivos são constituídos por princípios e normas de direitos humanos que garantem o exercício individual, livre e responsável, da sexualidade e reprodução humana. É, portanto, o direito subjetivo de toda pessoa decidir sobre o número de filhos e os intervalos entre seus nascimentos, e ter acesso aos meios necessários para o exercício livre de sua autonomia reprodutiva, sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição de qualquer natureza (VENTURA, 2009, p.19).

Os direitos sexuais, por conseguinte, incluem a possibilidade de viver e expressar a sexualidade sem discriminação ou violência, com respeito e dignidade ao próprio corpo. Esses termos, no entanto, são bastante recentes, passando a fazer parte das discussões de tratados a partir do final da década de 70 com a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995 em Beijing e a criação da Rede Mundial pela Defesa dos Direitos Reprodutivos das Mulheres.

Prevalente no século XIX era o discurso de exaltação à maternidade propiciado tanto pela Igreja quanto pelo estado e a medicina, com a família monogâmica e heterossexual como o centro da reprodução. Foucault, em *História da Sexualidade 1* coloca que o:

sexo, ao longo de todo o século XIX, parece inscrever-se em dois registros de saber bem distintos: uma biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas (FOUCAULT, 2019, p. 61).

Assim, coloca as práticas médicas como moralizadoras e disciplinares, o direito como garantidor da natalidade e hereditariedade, e a Igreja como disciplinadora do autocontrole, fidelidade e submissão feminina ao homem.

Nos EUA, por exemplo, alguns estados possuíam legislações contra a prevenção da concepção e havia uma lei federal no século XIX, chamada Comstock Law, que proibia a distribuição de informações e contraceptivos via sistema postal, juntamente com qualquer material que incluísse conteúdo de caráter sexual. Naquele país, no início do século XX, a enfermeira Margaret Sanger iniciou um trabalho de defesa do controle da natalidade e direitos reprodutivos das mulheres, o que incluía clínicas de planejamento familiar e trabalho de orientação sobre métodos contraceptivos (VICK, 2023).

Parte do seu legado resultou em pesquisas que levariam ao desenvolvimento e consequente comercialização da pílula anticoncepcional na década de 60, bem na segunda onda do feminismo. Sanger acreditava que as mulheres deveriam ter controle sobre sua reprodução e que limitar o tamanho das famílias era uma forma de quebrar o ciclo de pobreza a que eram submetidas em função das inúmeras gravidezes e abortos, situação essa que considerava como uma escravidão biológica.

Direitos relativos à proteção da maternidade foram inicialmente propostos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, com o objetivo de oferecer à mulher que trabalhava em indústrias garantias de manutenção do emprego e salário durante o afastamento das atividades laborais em função do parto (VENTURA, 2009). Convenções futuras, como a de 1952 ou de 2000, por exemplo, ampliaram os direitos ao incluir trabalhadoras de diversos setores, estender o prazo da licença e garantir a proteção da saúde da gestante ou lactante.

Um importante passo para a proposição, implementação e garantia de direitos para as mulheres está na criação da Organização das Nações Unidas em 1945 e que tinha como base a garantia de paz entre as nações via deveres sociais, econômicos, políticos e de segurança e consequente Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 que pregava pela igualdade entre os cidadãos. No entanto, apesar de haver uma abrangência no reconhecimento de direito entre os gêneros nesse documento,

foi só em 1993 que o rol de Direitos Humanos das Mulheres foi definido para garantir as particularidades de quem sofre de discriminação e violência de gênero.

A década de 70 teve como marco a aprovação do protocolo da CEDAW - que significa Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, na sigla em inglês - e que colocava os Direitos Reprodutivos como pertencentes aos Direitos Humanos. O tratado resultante dessa discussão valida os direitos reprodutivos das mulheres com foco no planejamento familiar e educação reprodutiva, além de reconhecer que, tanto cultura quanto tradição, influenciam a configuração dos papéis de gênero na sociedade, assim expondo o tratamento desigual dado a homens e mulheres (SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA NAÇÃO, 2020).

Somente com a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, o foco sobre a saúde reprodutiva se afastou de debates anteriores que destacavam o controle de natalidade e passou a abordar, pela primeira vez, o empoderamento feminino e a equidade de gênero (COHEN & RICHARDS, 1994). Dentre os assuntos tratados, inclui-se ampla discussão sobre aborto, acesso a métodos de planejamento familiar e serviços de saúde sexual, os quais foram propostos no relatório como:

[...] aconselhamento, informação, educação, comunicação e serviços de planejamento familiar; educação e serviços de assistência pré-natal, de parto seguro e de assistência pós-natal; prevenção e o devido tratamento da esterilidade; aborto, inclusive a prevenção do aborto e o tratamento de suas sequelas; tratamento de infecções do aparelho reprodutivo e informação, educação e aconselhamento, conforme necessidade, sobre a sexualidade humana, saúde reprodutiva e paternidade responsável (ONU, 1994, p. 63).

A Conferência de Pequim, realizada em 1995, teve como principal ação a discussão sobre os direitos humanos das mulheres, o que incluía tratar das desigualdades existentes no acesso a serviços de saúde pública de qualidade, a autonomia nas decisões sobre o próprio corpo com relação à sexualidade e políticas públicas que propiciassem relações de igualdade entre os gêneros. Como destaque, há a orientação de repensar leis que estabelecem punições contra as mulheres que realizam aborto e meios para a promoção de saúde sexual e reprodutiva que incluam informações sobre gestação e formas de evitá-la.

Em se tratando especificamente da trajetória do direito reprodutivo em terras brasileiras, podemos iniciar os registros a partir do Brasil Colônia, quando o casamento sacramentado pela Igreja Católica reproduzia entre homem e mulher as relações entre senhor e escravizados. A esposa, então, era:

...uma escrava doméstica, cuja existência se justificasse em cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa, servir ao chefe de família com sexo, dando-lhe filhos que assegurassem sua descendência, e servindo como modelo para a sociedade com que sonhava a Igreja (PRIORE, 2013, p. 13).

A igreja condenava a luxúria, estabelecia regras bastante precisas sobre quando o casal poderia ter relações sexuais, e condenava aqueles que tentavam evitar filhos. Esse processo tem um enorme peso sobre as mulheres brancas de elite, confinadas a seus espaços privados e subordinadas à anuência do pai ou marido (PRIORE, 2013).

A partir da segunda metade do século XIX, seguindo o fluxo de industrialização e urbanização europeia, surge o movimento higienista que buscava solucionar as causas de epidemias e enfermidades resultantes da precariedade do espaço de trabalho e de moradia através de melhorias na saúde da população. No Brasil, já no início do século XX, cenário semelhante se construía e uma das preocupações crescentes deste movimento era com a mortalidade infantil, creditada à negligência e falta de conhecimento das mães, que deveriam ser instruídas a partir de prerrogativas científicas a exercerem a maternidade.

Não só a medicina, mas também políticas públicas e periódicos voltados ao público feminino, moldavam a subjetividade e a conduta das mulheres brancas e de classe média e lhes atribuíam a função de educadora da família, com o intuito de preparar filhos e maridos a serem cidadãos exemplares, reforçando o papel da mulher como administradora do lar.

O código civil de 1916 atribuía ao homem decisões sobre os filhos, o patrimônio do casal, e a vida profissional e acadêmica da esposa, sendo o casamento indissolúvel. O Código Penal de 1940, traz como motivos para perdoar o crime de estupro se, entre outras coisas, o agente ou um terceiro se case com a vítima na hipótese do crime cometido não tiver ocorrido com violência ou ameaça. Aqui vê-se

claramente como à mulher era negado o respeito e autonomia sobre a própria sexualidade, cabendo ao estado e a um agressor, o direito sobre seu corpo. Ainda no mesmo código penal, o aborto voluntário é proibido, salvo em casos de estupro ou risco de vida para a mãe, com pena que poderia chegar a três anos. Inclui-se aqui também a proibição do comércio de produtos que provoquem aborto ou que evitem a gravidez. Vale ressaltar que essa lei continua em vigor até os dias atuais, ou seja, aborto é tratado como crime e não como questão de saúde pública.

A CLT de 1943 acompanhou a proposta da OIT de 1919 sobre a licença maternidade. Em 1962, o Estatuto da Mulher Casada derrubou a incapacidade relativa da mulher casada, que ganha autonomia para realizar atos da vida civil sem assistência do marido e atua como colaboradora das decisões relativas à sociedade conjugal. Em 1977, a Lei do Divórcio autorizava a dissolução do casamento e permitia novo matrimônio de homens e mulheres divorciados, além de retirar a imposição da mulher acrescentar o sobrenome do marido. A igualdade jurídica entre cônjuges somente foi conquistada com a Constituição Federal de 1988.

Na década de 60, agências internacionais que visavam restringir o crescimento da população de países considerados de terceiro mundo pressionaram o governo brasileiro para práticas de controle natalista, visto que o aumento demográfico era considerado como um entrave ao desenvolvimento econômico e danoso para o meio ambiente. No entanto, o governo militar da época via na expansão populacional uma forma de crescimento econômico e ocupação territorial enquanto a igreja condenava métodos contraceptivos não naturais. Essa combinação entre religião e política restringiu ainda mais as liberdades e a autonomia das mulheres.

Vale ressaltar que o regime ditatorial, apesar de propor um não intervencionismo na vida reprodutiva, permite a implementação de programas de planejamento familiar, como a Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), com o propósito de oferecer orientação sobre métodos contraceptivos, mas que, na verdade, promoveu a esterilização de milhões de mulheres, notadamente na população mais pobre do norte e nordeste do país.

No Brasil, a discussão sobre Direitos Reprodutivos e Sexuais ganha força nas décadas de 1970 e 1980, com entraves para a ampliação e consolidação de

legislação causados pelo conservadorismo religioso, juntamente com o apelo da mídia para preservação da família e casamento. A inércia do estado na questão reprodutiva é rompida com a criação, em 1983, do programa de Assistência Integral à Saúde das Mulheres (PAISM) que, apesar de críticas levantadas sobre sua atuação em possíveis ações de controle populacional, objetivava oferecer políticas de atenção integral que incluía não somente assistência médica (ações educativas, atendimento de concepção e contracepção, e controle de ISTs e cânceres), mas também programas sociais focados na qualidade de vida, que incluíssem moradia, educação e emprego.

1.4 O contexto da ditadura militar

A Ditadura Militar brasileira, iniciada com o golpe de 64, foi responsável pela repressão política que se estendeu por vinte anos e resultou no exílio, tortura e morte de quem lutava contra o sistema. Além disso, a produção cultural no país sofreu forte censura, com obras sendo vetadas ou alteradas por serem consideradas subversivas ou imorais.

Para alguns estudiosos, como sugerido por Müller (2021), a concretização do movimento ditatorial no Brasil se deu em 1968 com a decretação do Ato Institucional n.5, ou simplesmente o AI-5, após uma longa trajetória de eventos envolvendo, por exemplo, movimentos estudantis como a Marcha dos Cem Mil e a invasão da UnB, além de movimentos de oposição operária que articularam ações de paralisação e greve. Vale ressaltar que, de acordo com Codato (2004), o regime militar contou com os chamados ciclos de repressão e liberalização, em que se alternavam ações de intensificação do autoritarismo e moderação no controle de atividades políticas.

O contexto que tornou propício a eclosão da ditadura no Brasil começa ainda após a Segunda Guerra Mundial, quando da emergência de Estados Unidos e União Soviética como as duas grandes potências mundiais e seu desdobramento na chamada Guerra Fria, os violentos movimentos de independência de antigas colônias de impérios europeus, a luta pelos direitos das minorias como os movimentos de direitos civis nos EUA de combate à segregação racial, evolução das pautas feministas que incluem autonomia individual, o crescimento e fortalecimento dos

movimentos estudantis e sindicais e a mudança dos costumes a partir de questionamentos de valores e comportamentos vigentes, principalmente após uma maior urbanização da sociedade com um crescente número de jovens que buscavam uma mudança cultural e política (BAHIANA, 2014).

De acordo com Vieira (2014), um fato que teve forte impacto na implantação e sustentação de regimes ditatoriais no Brasil e, também na América Latina, nas décadas de 60 e 70 foi a direta intervenção dos EUA com aparato militar e de inteligência com a justificativa de combate ao comunismo. No caso do Brasil, isso se coloca no campo econômico, já que os Estados Unidos possuíam relações comerciais e investimentos relevantes, que poderiam sofrer grande risco caso o país, em sua posição estratégica no hemisfério sul, sucumbisse às investidas soviéticas. Outro exemplo importante foi o apoio americano à criação de organizações de mulheres de classe média alta, atreladas a grupos religiosos, que se manifestavam a favor da família e da liberdade, contra o comunismo e em oposição ao governo vigente de João Goulart (VIEIRA, 2014).

Por outro lado, mulheres participavam de diversos movimentos e grupos de esquerda, o que incluía organização de greves, confecção e divulgação de materiais panfletários, apoio de cuidado de pessoas perseguidas, e atuação na luta armada. O intenso envolvimento das mulheres na militância de esquerda não significou mais igualdade entre seus pares, pois mesmo num ambiente de lutas enfrentavam o sexismo e o racismo. Na década de 70, as mulheres se dedicaram a ocupar os espaços públicos, reivindicando, via manifestação popular em protestos e jornais, direitos para a classe trabalhadora, anistia de presos políticos, liberdade democrática e indignação com o alto custo de vida (VIEIRA, 2014).

1.5 As meninas e sua relação com o contexto da ditadura militar

Para as artes, em especial a literatura, a censura de obras visava livros que afrontassem a moral e os bons costumes, tivessem cunho revolucionário ou denunciassem a violência do regime. Censores eram encarregados de analisar diferentes materiais enviados por editoras para avaliação prévia ou que chegavam via

denúncia. Assim, poderiam vetar ou mesmo retirar de circulação os títulos que julgassem subversivos.

A literatura abarca, desde o início do regime militar, tanto textos jornalísticos, passando por poemas e contos, quanto romances que apresentam o testemunho de quem viveu o período, as memórias de quem sofreu perdas em função das lutas, e mesmo uma leitura satirizada da história. A literatura, assim, nos coloca representações e visões da história a partir da lente de quem escreve e promove em quem lê uma forma de elaboração do contexto apresentado.

A literatura muitas vezes se inspira em eventos reais, mas também possui a capacidade de construir um mundo fictício que rivaliza com a própria realidade. No caso do romance, a narrativa permite a descrição dos fatos históricos sob a perspectiva de quem viveu, viu ou ouviu os acontecimentos, trabalhando o texto com possibilidades que foram, poderiam ou deixaram de ser, focando em detalhes, pessoas ou eventos, torcendo a realidade e oferecendo novos e surpreendentes desfechos para versões enviesadas.

Textos escritos durante e após o regime militar podem ser categorizados, por exemplo, a partir dos espaços, como proposto por Regina Dalcastagnè em seu livro *O Espaço da Dor* (1996) onde analisa nove romances escritos sobre a ditadura em diferentes momentos e os agrupa por suas características temáticas e estilísticas. Cabe aqui destacar o capítulo que trata das casas, em que a autora aborda o espaço privado como um ambiente reservado ao universo feminino. No caso específico do livro *As Meninas*, Dalcastagnè ressalta que a obra foi escrita enquanto a ditadura acontecia e reflete o contexto histórico a partir do olhar de um grupo de amigas que, do quarto de Lorena - representando aqui a casa - interagem, relatam e registram o que vivem do lado de fora, se inserem em seus devaneios, e de alguma forma, exemplificam como mulheres atuaram durante os anos de chumbo:

As meninas é um livro que se fez junto com um tempo, não uma obra a posteriori, onde a reflexão sobre o que se passou vem impregnando o discurso. É um romance que se interrompe para ver como as coisas prosseguem e que, enquanto espera, vai confabulando com o passar dos dias. Mas o diálogo em *As meninas* não é só esse, maior, com o tempo e com o mundo, há também aquele diálogo miúdo, que faz de cada pensamento uma conversa com o outro (DALCASTAGNÉ, 1996, p.121).

O texto de Telles, com as três personagens centrais, apresenta mulheres que viveram o contexto histórico de repressão ditatorial e ao longo da narrativa vão contando suas perspectivas pessoais que refletem o conturbado momento social e político do início da década de 70. Tanto o título quanto as capas das edições iniciais, que o colocaria como um livro destinado ao público feminino, não anunciam seu teor intimista misturado às denúncias e relatos perturbadores dos excessos de violência dos militares. Uma das personagens, Lia, representa oposição ao regime ditatorial e retrata a jovem em sua militância trazendo, inclusive, no corpo da narrativa, a descrição de uma sessão de tortura de um preso político. Lia é descrita como alguém que participa ativamente das ações de um grupo clandestino, coordena a panfletagem de material e preocupa-se com seus companheiros que pouco a pouco são presos e torturados:

E você, Maurício? Quando o bastão entrar mais fundo, desmaia. Desmaia depressa, morra. Devíamos morrer, Miguel. Em sinal de protesto devíamos simplesmente morrer. "Morreríamos se adiantasse", você disse. Lembra? Eu sei, ninguém daria a mínima. Arrancaríamos o coração do peito, olha aqui meu sangue, olha aqui meu coração! Mas tem um tipo ao lado engraxando os sapatos, que cor de graxa o cavalheiro prefere? (TELLES, 2009, p. 20)

Da mesma forma que narra a atuação ativa de Lia na luta contra o regime, descreve também o comportamento de Lorena que, em função da sua condição privilegiada e sua escolha em se alienar social e politicamente do que acontecia naquele momento, mesmo que eventualmente contribuísse financeiramente para as ações de Lia, prefere focar em questões pessoais, como o seu romance imaginário com um homem casado ou o apego a valores burgueses:

— Por favor, não me julgue, só me entreviste. Não sei mentir, estaria mentindo se dissesse que me preocupo com as mulheres em geral, me preocupo só comigo, estou apaixonada. Ele é casado, velho, milhares de filhos. Completamente apaixonada. (TELLES, 2009 p. 160)

É importante ressaltar que o livro, ao narrar o momento de regime ditatorial, mostra oposição sem incluir um ponto de vista a respeito dos acontecimentos. Ainda, às personagens é permitido divagações sobre temas diversos, como sexualidade e aborto, guiadas por suas angústias e dúvidas, questionando suas certezas e contradições, inclusive ao se contraporem a um papel feminino prevalente na

literatura, de submissão e superficialidade, que serve como pano de fundo para a construção e desenvolvimento de personagens masculinos, mas possuem pouca ou nenhuma relevância na ação da narrativa. Ainda, contrasta os espaços público e privado, ressaltando como a casa, ambiente de proteção, se expande para acomodar tanto as ações como a compreensão do que acontecia do lado de fora. Assim, é um texto escrito sobre mulheres e que apresenta a complexidade da perspectiva de um grupo de meninas a respeito da sociedade brasileira num período conturbado.

2. Análise

2.1 A representação dos direitos sexuais e reprodutivos em *As meninas*

O termo “representação” pode ser definido a partir da tríade real-representacional-reconhecimento, detalhado por Mata (2010), a partir do conceito de representação proposto por Hannah Pitkin, que explica que:

o processo de tornar presente o ausente necessita, para sua existência, dos seguintes elementos: o referente, a rerepresentação do referente, que pressupõe um agente que a elabora, e o reconhecimento, por parte de um público, de que aquela rerepresentação de fato está ligada ao referente (Mata, 2010, p.18).

Assim, ao elaborar uma trama dentro de uma narrativa, o autor compõe suas personagens a partir de elementos do mundo real, sejam esses presentes ou ausentes do contexto do escritor. A criação das personagens inclui um repertório social e histórico e suas ações podem ser baseadas em referências do próprio autor. O texto, então, tem o poder de se aproximar do factual, mas extrapolar as impressões do concreto, oferecendo ao leitor uma perspectiva reelaborada das situações apresentadas. O público que lê, sendo contemporâneo ao que é abordado no texto ou mesmo distanciado no tempo e no espaço, tem a oportunidade de conhecer e/ou reconhecer personagens, contextos, pontos de vista e fazer parte da discussão. Deste modo:

o que temos são relatos de vozes diversas, portadoras de perspectivas sociais definidas nos próprios textos, que, juntamente com o mundo referencial, comporão a base dos elementos que o leitor terá para organizá-las (MATA, 2010, p. 21).

Na obra em análise, temos a história de três jovens universitárias enxergando o mundo pela ótica feminina. Representam uma burguesia decadente, o desejo de ascensão social e a luta contra o autoritarismo. A narrativa mescla as vozes e trajetórias de vida, sendo não três, mas uma multiplicidade de mulheres que em seus cotidianos, ressignificam o papel da mulher na sociedade brasileira que se vê pronta a abraçar as mudanças de valores e padrões a ponto de transgredir um sistema, mesmo que ainda se sinta inclinada a se enquadrar em papéis estereotipados.

O romance *As Meninas*, publicado em 1973 por Lygia Fagundes Telles, escapou à censura durante o período de repressão da ditadura militar no Brasil, que teve início em março de 1964. O texto reflete não somente o conturbado período de transformação da sociedade brasileira, mas também coloca em evidência o cotidiano de três jovens universitárias que, em um período de greve escolar, relatam suas perspectivas de mundo, seus medos, angústias e desejos entre as quatro paredes do pensionato Nossa Senhora de Fátima no início da década de 70.

As vozes das personagens Ana Clara, Lia e Lorena se intercalam com a do narrador heterodiegético, ou seja, um narrador em terceira pessoa que, embora esteja fora do contexto da história, exerce influência sobre ela e que, no caso de *As Meninas*, observa e descreve os acontecimentos, ao longo de doze capítulos, cada um dedicado a uma das meninas, mas cuja narrativa é invadida ora pela contribuição do narrador, ora pela interação das outras personagens que se misturam entre diálogos e divagações, além de ser permeada pelo registro histórico e social dos acontecimentos da época. Essa dinâmica narrativa, marcada pela interação entre vozes diversas, possibilita ao narrador retratar uma variedade de perspectivas e níveis de conhecimento em relação aos eventos da história, bem como aos pensamentos e emoções das personagens. Essa característica, fundamental para a riqueza e complexidade de *As Meninas*, é desenvolvida pelo crítico literário Gérard Genette que examinou as nuances do narrador heterodiegético em suas análises.

Ana Clara, estudante de psicologia e descrita como uma moça linda digna de uma capa de revista, chega à narrativa como uma jovem que traz consigo as marcas de uma vida de miséria, drogas e abusos sexuais. Na infância, lida com o suicídio da mãe por envenenamento e a adolescência é marcada pelo abuso sofrido em consultas com um dentista. Vive um romance com o traficante Max, de quem

engravida, mas se relaciona com um homem rico que exige a virgindade para concretizar o casamento. O consumo excessivo de drogas e álcool dissipa sua beleza e seu entorpecimento encerra sua história em tragédia. De acordo com Virgínia Leal:

a sua morte por overdose é necessária, não só para provocar mudanças nas amigas, mas também para denunciar sua resistência, talvez uma resistência pela desistência, às violências sofridas. (LEAL, 1999, p. 124)

Lia, aluna no curso de ciências sociais e vinda da Bahia, é militante de esquerda que se envolve com a luta armada contra a ditadura militar. Diferentemente de Ana Clara, que carece de uma estrutura familiar na infância, Lia vem de um convívio tido como amoroso e, apesar de considerar as lembranças recheadas de afeto, prefere se afastar, ao menos perante o grupo ativista de que faz parte, do padrão burguês de família. Vive a dualidade entre um ideal coletivo de militância com a denúncia de torturas e abusos do regime junto a crítica de problemas sociais ao desejo individual da maternidade e da vida tranquila. A ambiguidade aparece também no conflito de se engajar no movimento esquerdista que pregava igualdade e ver o preconceito contra as mulheres prevalecendo, sentindo ela a necessidade de se “masculinizar” – descrito no texto pela opção de vestuário e da iniciativa do ato sexual.

Lorena, estudante de direito e vinda de uma família tradicional burguesa, é a personagem que inicia a narrativa e ocupa grande parte do texto. Seu quarto no pensionato funciona tanto como ponto de encontro das demais meninas, protagonizando o acolhimento, como também reflete uma aproximação com a elite, que se fecha em si mesma, alheia ao que acontece fora de seu universo. Ela atua como guardiã da moral, bons costumes, etiqueta, e acaba sendo vista pelas demais como fútil e infantilizada. Busca manter-se virgem, como uma forma de se sujeitar a expectativas sociais, mas rende-se aos seus desejos ao idealizar sua primeira noite com um homem casado. Sua personagem é marcada pelas ausências das figuras masculinas de seu entorno - o pai morto, o irmão no estrangeiro e o amante que nunca liga. Apesar da decadência econômica da família, Lorena se coloca como apoio financeiro para Ana Clara e Lia em momentos diversos. Está ciente dos eventos sociais e políticos à sua volta e opta por não se envolver.

As três personagens são apresentadas ao leitor num retrato do espaço urbano tomado por um contingente viril do governo militar em contraste com o espaço privado acolhedor de um quarto do pensionato onde se desenvolvem os questionamentos de papéis sociais, de desejos de mudanças e permanências e de anseios e dramas pessoais. Em tempos de resistência a um regime autoritário e de mudanças sociais, dar voz a uma mulher na narrativa é oferecer uma nova perspectiva histórica. Isso permite afastar-se da expectativa de um romance amoroso sob a ótica masculina e mergulhar em um texto intimista, onde a própria mulher se revela e se explica (TELLES, 2002).

As meninas condensam características de várias mulheres vivendo um momento de transição da sociedade brasileira, quando se buscava a autonomia - econômica, educacional, intelectual -, mas se esbarrava nas expectativas sociais de dependência - do casamento, da maternidade, da submissão. Apesar de claramente identificarmos a trajetória de cada uma e a consequência disso para o papel que exercem no texto, é na interação entre as três que visualizamos como suas histórias se complementam. No entanto, como a narrativa é construída acompanhando o momento histórico, o futuro que as aguarda fica em aberto.

Essa análise buscará focar em como os direitos sexuais e reprodutivos são abordados no texto e traz questões referentes ao matrimônio, à virgindade, à maternidade, ao aborto, temas esses escolhidos tanto a partir de suas recorrências no texto, como também por estarem relacionados à autonomia no exercício da sexualidade.

Assim, a sexualidade como experiência humana compõe não somente a biologia, mas também aspectos sociais, históricos e culturais que vão determinar como as pessoas se relacionam, se expressam e são percebidas em diferentes contextos. No ambiente retratado no livro, em um Brasil pós golpe militar e dentro de um período autoritário, questões relacionadas à sexualidade e reprodução vêm carregadas por ideologias conservadoras, apesar de naquele momento o país já experimentar a mudança de costumes com alterações na legislação do casamento, a liberação da pílula anticoncepcional, maior autonomia sobre o corpo e o questionamento das desigualdades entre os sexos.

Durante a leitura, as experiências das personagens são apresentadas como uma forma de ruptura e questionamento de modelos tradicionais atribuídos às mulheres - como a busca do casamento e a maternidade - e ao sentimento constante de inadequação a este universo. Durante a narrativa, a autora aborda a intimidade dita e não dita de cada uma das meninas, narra suas inquietações e expõe como elas se relacionam a temas como virgindade, aborto e relacionamentos a partir de crenças pessoais. O texto extrapola, então, a simples narração de ações das personagens com referência superficial ao contexto histórico e social em que se encontram e passa a descrever a singularidade das vivências e percepções das meninas, explicitando as experiências individuais que simbolizam uma trajetória coletiva, das muitas mulheres representadas no texto.

2.2 Aborto

Condenado pela Igreja Católica, debatido no âmbito político e mantido em sigilo pelas mulheres que o fazem, o aborto extrapola as escolhas individuais por ter implicações significativas na esfera pública. O ideário de que a maternidade é algo natural e almejado por todas as mulheres confronta a realidade de se abrir mão do papel social de cuidadora, excluindo a maternidade de forma temporária ou permanente, seja ela resultado de escolha pessoal, violência ou questões de saúde.

No Brasil colônia até a República velha, o uso de ervas, rezas e até objetos pontudos eram recursos para se pôr fim a uma gravidez. Produtos contraceptivos e abortivos podiam ser facilmente adquiridos, inclusive parteiras, interditas pelo surgimento da figura do médico obstetra, auxiliavam as mulheres com seus incômodos, mantendo discrição sobre os atendimentos (PRIORE, 2013).

O aborto voluntário aparece explicitamente na legislação brasileira ainda no Código Penal do Império em 1830, punindo terceiros que o provocassem, mas não a gestante. Isso mudou com o Código Penal da República de 1890, que passou também a criminalizar a mulher em casos de aborto autoprovocado. Resultado de falta de métodos contraceptivos eficazes, violência, pobreza, estupro, trabalho, e mesmo oportunidades profissionais, entre outros, os abortos ocorriam na clandestinidade e passavam a ser objetos de investigação apenas quando provas materiais emergiam.

O Código Penal de 1940 mantém o aborto criminalizado no Brasil, colocando como exceção casos de estupro e risco de vida à mulher, com a anencefalia incluída a partir de 2012 por decisão do STF. Mas mesmo as situações previstas na legislação enfrentam barreiras como o preconceito, a desinformação, questões religiosas, processos legais e mesmo a recusa de profissionais e instituições de realizarem o aborto.

A legislação do aborto, então, esteve e continua imbuída tanto de um forte componente religioso quanto moral, sendo uma forma de controlar o corpo da mulher. E, apesar de ser uma decisão pessoal, é considerada tabu, permeada de julgamento moral e tratada na intimidade, nas entrelinhas.

O aborto, como tema de direito sexual e reprodutivo, passou a fazer parte das pautas de discussões da segunda onda do feminismo na década de 70. Sua prática foi legalizada em países da Europa e Oceania, diferentemente do Brasil que, nesse período, vivia sob o manto do governo militar e de forte influência da Igreja Católica. Os dois condenavam a prática do aborto: o primeiro buscava ampliar o território e o aumento da população garantiria essa expansão; a segunda regravava o coito dos casais que deveria ser destinado à procriação, sendo o aborto uma afronta à maternidade.

Para além de aspectos jurídicos relacionados ao aborto, questões relativas ao ambiente social e moral são de relevância para essa pesquisa, como a expectativa da maternidade, o tabu relacionado ao tema e o silêncio – algo que deve ser mantido na intimidade, talvez uma breve alusão, ou esquecido na memória. Para o texto de Lygia Fagundes Telles, o aborto aparece como um ato que não se incube de reflexão ou complexidade, trata-se apenas de se retirar um incômodo a fim de garantir a realização de um objetivo. Na passagem abaixo, Lorena comenta sobre os diferentes tipos de ajuda que deu à amiga Ana Clara e inclui o aborto numa lista de itens, sem colocá-lo num patamar de importância ou reflexão:

Quero vê-la curada, casada com o tal milionário embora saiba que quando ficar divina-maravilhosa não vai me perdoar. Amparei-a nos pilequinhos, segurei sua mão nos abortos, emprestei-lhe milhares de coisas e a metade nem voltou. E o monte de oriehnid que vou emprestar (dar) para o cerzido na zona sul? Difícil me perdoar por isso (TELLES, 2009, p. 64).

No trecho a seguir, Lorena demonstra irritação com a gravidez de Ana Clara ao questionar como uma pessoa que se considerava inteligente não ter se precavido diante do contexto em que se encontrava. Também explicita o incômodo de estar tão próximo a uma pessoa a ponto de ter que extrapolar a vivência do dia a dia e romper o silêncio do ato, de ser testemunha. Mesmo assim, assume a responsabilidade pelo cuidado da amiga:

Que bicho correspondia à Aninha? Raposa? Fazia cálculos, mentia, queria ser sempre a mais esperta mas na realidade era inconsciente como a cigarra. Por que teve que engravidar nas vésperas do tal casamento, por quê? Se ainda fosse do noivo. E eu é que tenho de arrumar oriehnid. E ir junto e dar a mão na hora. Já disse mais de uma vez que a intimidade é inimiga da amizade, essa intimidade que exorbita no cotidiano tão cotidiano (TELLES, 2009 p. 67).

Ana Clara, em seus vários momentos de entorpecimento, divaga sobre as experiências que vive com o namorado Max e a possibilidade de ganho material que o casamento com o noivo rico possa oferecer. Ela se depara com a possibilidade da gravidez indesejada, exalta-se e compartilha a descoberta com Max, que se anima e pede para que o filho nasça. Ao mesmo tempo, se angustia com esse percurso, se chateia de “engravidar de um duro desses” (TELLES, 2009, p. 97) e tenta dar um fim à gestação:

Ana Clara distendeu as pernas. Deslizou pelo corpo nu as mãos abertas. Fechou-as na altura do ventre e golpeou-o com fúria. O olhar intenso se fixou no púbis. Deixou tombar sobre ele a mão fechada num último murro enfraquecido. Mais despesa. Mais chateação. “Engravidar de um duro desses. E agora dorme como um anjo. Pois agora não dorme.” — Max, lembra que eu quero conversar. Quero conversar! (TELLES, 2009 p. 97)

Além das menções à gravidez de Ana Clara e a participação de Lorena quando segura a mão da amiga durante o aborto, o texto faz outra menção ao tema ao descrever a violência sofrida pela mãe de Ana Clara quando descobre que espera um filho e é agredida pelo companheiro, com a intenção de dar fim à gestação: “Não tive pena nem nada quando ela veio me dizer que tinha de tirar mais um filho porque o Sérgio não queria nem saber, [...] disse dando-lhe um bom pontapé” (TELLES, 2009, p. 86). Uma constante é que o aborto apresentado no texto é tratado como algo cotidiano, sem complexidade e longe da criminalização, ressaltando a identificação do problema sem, contudo, oferecer uma resolução.

2.3 Maternidade

O Brasil no século XVIII era hipocritamente casto. Condenava-se a luxúria, fomentava-se o sexo para a procriação e reprimiam-se os casais que evitavam filhos. Às mulheres era imposta a idealização da maternidade como um dever sagrado que espelhava a missão da Virgem Maria, mas que na verdade mascarava uma imposição religiosa de controle e opressão, limitando a vida das mulheres ao ambiente doméstico (PRIORE, 2004).

Dentro do casamento, as mulheres eram sujeitas aos múltiplos partos, à negação do prazer na cama, estando as relações sexuais mecânicas, despidas de qualquer manifestação de afeto e voltadas unicamente à procriação, sendo o prazer carnal condenado pela Igreja.

No século XIX, com o impulsionamento dos centros urbanos e consequente diversificação das atividades sociais, o advento da burguesia estimulou a consolidação de um ambiente familiar voltado para a dedicação da mãe ao marido e aos filhos, estando a maternidade na centralidade da vida da mulher e colocada como destino natural, o que resultaria no seu papel de educadora da prole para servir ao estado na função de reprodutora social (PRIORE, 2013), diferentemente do que era atribuído ao homem com o espaço público e o papel de provedor.

Enquanto no pós-guerra o número de filhos diminuiu em uma clara decorrência das mulheres ocuparem espaços antes destinados aos homens, como as universidades e fábricas, as décadas de 50 e 60 viram um retorno da mulher ao lar e consequentemente aumento no número de filhos, padrão esse que voltaria a se modificar com o acesso a políticas de planejamento familiar que incluía o uso de pílulas anticoncepcionais e esterilização – muitas vezes sem o consentimento da gestante. Ainda assim, o conceito de maternidade se matinha como um instinto natural, sagrado e que permanecia incontestável, marcando a identidade feminina.

Um primeiro exemplo no texto de Lygia Fagundes Telles em referência à maternidade está na ambivalência de uma aparente rejeição de Lia ao papel de mãe devido à sua militância. Uma gravidez poderia implicar não somente se sujeitar a uma performance tradicionalmente atribuída ao feminino, mas também se retirar da vida

social e política que lhe conferia uma posição de respeito e liberdade de escolha. Ainda assim, inveja a gata grávida:

A Gata dorme entre dois canteiros de margaridas, a barrigona estalando ao sol. Vou ver ainda esses gatinhos? Mimosa gostava de parir na rede, lembra? Os gatinhos pelados e cegos despencando por entre as franjas e ela recolhendo um por um na boca que virava pluma. Miguel não quer saber de filhos, pelo menos por enquanto. Concordei, é evidente, mas tenho às vezes tanta vontade de me deitar como essa gata plena até a saciedade, tão penetrada e compenetrada da sua gravidez que não tem no corpo lotado espaço sequer pra um fiapo de palha. Daria a ele o nome de Ernesto (TELLES, 2009 p. 217).

Ana Clara mostra o inconveniente e o desinteresse da gravidez resultante de sua relação com Max, a qual relata ser despida de satisfação na cama. Inclui-se aqui a destituição de suas emoções e permanência da atitude dela em reificar o próprio corpo para conseguir ascensão social: “Mais louco do que eu aquele lá. Podia me ajudar? Analista marca merda. Até filho. Vai ver estou de novo. É justo isso da gente não sentir prazer nenhum e ainda por cima” (TELLES, 2009 p. 50). A isso, soma-se o histórico de abuso na infância e violência contra a própria mãe. Durante seus devaneios com o namorado, alegra-se com a maternidade em correspondência ao desejo de Max e sob influência das drogas, mas lúcida, rejeita a possibilidade. Ela, assim, repete um histórico de fracasso, rumo à sua morte trágica, grávida e entorpecida.

— Vamos ter esse filho, Coelha. Vamos deixar ele nascer, vamos ficar bem alegres e ele nasce alegre...
— Alegríssimo. Podiam ser gêmeos.
— Isso mesmo, gêmeos! A gente cria eles naquele carrinho duplo, ahn? Os dois passeando no carrinho duplo, a gente chama Mademoiselle e ela vem correndo, tique-taque tique-taque et alors mon petit choux? Se for menina vai se chamar Mecânica Celeste, não é lindo? (TELLES, 2009 p. 53).

Outros trechos da narrativa trazem aspectos da maternidade atrelada ao casamento ou natural à mulher, como quando a mãe de Lorena relata o caso da prima que casou grávida ou ao motorista que acredita que a filha deve se casar e cumprir sua função social de mãe e dona de casa, sem direito ao estudo ou a uma profissão. O texto, então, questiona a maternidade frente aos novos contornos sociais derivados tanto do movimento feminista, quanto da cultura e da legislação vigentes no final da década de 60 e início dos anos 70.

2.4 Casamento

Conforme apontado por Mary del Priore em seu livro *Histórias e Conversas de Mulher*, o casamento no Brasil como colocado pela Igreja Católica desde o século XVI, servia para diferenciar a casa da rua, a esposa da outra e colocava na mulher o papel de transmissora dos ensinamentos cristãos, de submissa à hierarquia familiar e procriadora. Seguindo o modelo de Nossa Senhora, deveria ser pudica, prendada e casta. A escolha do marido não cabia à noiva, mas ao pai que determinava os critérios a partir de interesses diversos que incluíam parâmetros sociais e econômicos, com a intenção de manter a proporcionalidade, ou seja, iguais casando entre iguais.

Apesar de nem todos estarem atrelados ao formato imposto pela Igreja em função dos altos custos de um casamento religioso e a demandas documentais, os casamentos aconteciam entre escravizados e pessoas livres, mas ainda assim estava a mulher sujeita a atender padrões de obediência, fidelidade e recato. Com relação ao sexo, este era visto para fins de procriação dentro do casamento, estando o casal subordinado a regras bem específicas da Igreja para realizar a cópula (PRIORE, 2013).

Ainda conforme Priore (2013), a chegada da Família Real ao Brasil em 1807 e a conseqüente expansão das cidades num contexto de crescimento econômico transformou os espaços público e privado, criando verdadeiras redes de busca entre familiares e amigos para o candidato satisfatório em fortuna e influência. A candidata precisava se aprimorar em qualidades físicas e habilidades domésticas, além de trazer um dote atraente, o que poderia incluir itens para a casa, joias, animais e até mesmo escravizados, sendo a administração desses colocada sob a responsabilidade do futuro marido.

O poder da Igreja sobre o casamento perdeu força com o estabelecimento do casamento civil em finais do século XIX e maior flexibilidade na escolha dos parceiros, com o advento do amor romântico ainda sujeitando as mulheres ao recato e à moralidade, e a medicina assumindo a responsabilidade pelo gerenciamento da reprodução. No entanto, houve pouca mudança para as mulheres que deveriam

manter o pudor e se fazerem respeitáveis para serem escolhidas. Esse formato se consolida no século XX, mesmo com mudanças de comportamentos e expectativas com relação ao casamento. Revistas femininas e o cinema elaboram no formato de relações que os casais passam a realizar, a vida social se intensifica com os jovens tendo mais oportunidades de encontros fora de casa, mas esse novo arranjo não necessariamente dá à mulher liberdade. Ela continua se sujeitando às vontades do marido, é esperada dar filhos e abdicar de sua individualidade.

As décadas de 60 e 70 trazem grandes mudanças nos formatos das famílias e das legislações que permitem o divórcio e a capacidade jurídica plena, liberando mulheres brancas de situação financeira confortável para se dedicarem tanto à vida acadêmica quanto profissional. Isso lhes possibilita a não dependência de um marido para garantir seu sustento financeiro e os avanços de métodos contraceptivos, como a pílula, abrem caminho para a autonomia reprodutiva. Na obra de Telles, isso se evidencia na dualidade constante enfrentada pelas meninas do pensionato entre a tradição e as transformações dos valores:

Digo apenas que não tenho nenhuma vontade de casar. Ela se anima: “Não tem agora mas vai ter, todas vocês dizem isso mas quando vem a vontade de filhos vem junto a de casamento. É fatal. Tão mais prático, Lorena. Nas viagens, nos hotéis. Na vida mesmo em comum, você tem bens, filha. Quem senão um marido para administrar os nossos bens?” (TELLES, 2009 p. 199)

Aqui, a mãe de Lorena esclarece as vantagens do casamento e, mesmo concordando com a educação superior da filha, não enfatiza um futuro profissional para ela, prezando pela submissão da mulher ao homem com relação à gestão patrimonial. Há um desencontro geracional, com a mãe representando o passado e a continuidade de uma expectativa social e a filha tendo a possibilidade de decidir sobre o seu futuro sem se pautar por um impositivo que lhe pretende amarrar ao lar.

Ao homem se dá o incentivo de se preocupar com aspectos profissionais e acadêmicos antes de se pensar em relações amorosas, ao passo que às mulheres, sua identidade até atrelada a buscar se casar, ter uma família, ser desejada por um homem. O trecho a seguir traduz essa expectativa, quando o motorista da família de Lorena, num diálogo provocado por Lia, expressa seu desejo de casar a filha antes de morrer, e critica a ação da menina de se dedicar aos estudos e ter autonomia:

— Essa moda que vocês têm, essa de liberdade. Cismou de andar solta demais e não topo isso. Agora inventou de estudar de novo. Entrou num curso de maturidade.
— E isso não é bom?
— Só sei que antes de fechar os olhos quero ver a garota casada, é só o que peço a Deus. Ver ela casada (TELLES, 2009 p. 219).

A atuação de Lia em oposição ao governo militar reflete, juntamente com as mudanças sociais vividas pela juventude das décadas de 60 e 70, uma contestação ao tradicional, ao ideário burguês do casamento e toda sua carga repressora. No entanto, Lia também apresenta uma perspectiva dúbia, pois ao mesmo tempo que critica um pai que vê no casamento da filha a rendição social, coloca na sua relação com Miguel um amor romantizado, tratando o casamento não como um contrato, mas como uma realização afetiva. Além disso, se preocupa com a expectativa familiar de que ela se case, mesmo havendo o interesse pelo diploma de curso superior:

Preciso escrever comprido pra mãe. Outra carta pro pai, eles são opostos. Ao mesmo tempo, iguais. Quando não mando notícia, cada qual vai chorar no seu canto, um escondido do outro. Queriam tanto ver a filha recebendo o diploma. Noivando. Noivado na sala e casamento na igreja, com vestido de abajur. Arroz na despedida. Os netos se multiplicando, embolados na mesma casa, casa enorme, tinha tanto quarto, não tinha? (TELLES, 2009 p. 33)

Para Ana Clara o casamento funciona como uma escada social e lhe daria a oportunidade de terminar o curso superior e possuir bens e viagens caras. Não há interesse amoroso, apesar de se entregar à leitura de romances '*supersonhos*', e não se evidencia relação com expectativas sociais, apenas monetárias, mesmo que a família do noivo seja descrita como tradicional. Ela vê no enlace uma possibilidade de liberdade da pobreza e das violências sofridas no passado ao mesmo tempo que estabelece uma porta para a liberdade de fazer o que lhe interessa:

Mas ano que vem, meu boneco, vida nova. Está me ouvindo, amor? Vida nova. Com dinheiro e casada não precisaria mais de nenhuma ajuda, ora, análise. Nenhum problema mais à vista. Livre. Destrancaria a matrícula, faria um curso brilhante. Os livros que teria que ler. As descobertas sobre si mesma. Sobre os outros (TELLES, 2009, p. 44).

Ao buscar essencialmente o privilégio financeiro que teria após o matrimônio com o noivo rico, evidencia-se a aceitação de Ana Clara da divisão de mulheres entre castas e lascivas, ou seja, as que serviam para se casar e para se ter liberdades. Isso

se reflete na sujeição à demanda da virgindade para se cumprir o casamento, apesar de contestar o passado do noivo, pois “[...] quer virgem o escamoso. Já andou com tudo quanto é vagabunda, mas na hora” (TELLES, 2009, p. 50).

O texto expõe, assim, um contínuo conflito em repensar o papel da mulher até então relegado ao ambiente privado, tendo o casamento ou a vida religiosa como únicos caminhos, e as muitas opções que passam a ser possíveis e aceitáveis socialmente. As três personagens questionam, contestam e admitem a possibilidade do matrimônio, mas não se veem condicionadas a realizá-lo, mesmo estando subordinadas a essa expectativa social.

2.5 Virgindade

A virgindade, item imposto às mulheres, mas não aos homens, esteve até pouco tempo presente nas demandas para se garantir um marido e dar uma resposta à sociedade. No Brasil colônia, entre membros da elite, a mulher honrada e imaculada garantiria herdeiros legítimos; já para classes menos privilegiadas, a virgindade não era necessariamente um pré-requisito, mas sim a fidelidade (PRIORE, 2013). A perda da virgindade antes do casamento poderia significar um desprestígio moral e social tanto para a jovem quanto para sua família, tirando a oportunidade de um possível arranjo matrimonial satisfatório no futuro e uma maternidade sadia.

Até a publicação do novo Código Civil de 2002, ainda vigorava a possibilidade de se anular o casamento caso fosse comprovado que a mulher não era mais virgem. O prazo de dez dias para que o marido enganado pudesse contestar o defloramento da mulher seria o suficiente para que houvesse uma perícia médica para verificar se a mulher ainda era virgem quando se casou. Havia a noção, na primeira metade do século XX, de que o estado tinha a responsabilidade de proteger o que considerava as mulheres honestas dos perigos da degeneração moral associada à vida moderna e a independência feminina (CAULFIELD, 1996).

Assim, por intermédio da Igreja com seus manuais do confessor e a associação de pureza à Virgem Maria, a valorização da virgindade feminina se expande do âmbito religioso ao médico-científico já a partir do final do século XIX, o que serviria para legitimar o controle do corpo feminino com a averiguação da perda do hímen, mesmo que a relação entre este e a virgindade fossem recheados de

concepções errôneas e gerassem falsos diagnósticos por parte dos médicos legistas encarregados de algum caso de defloramento.

Tema recorrente na trama, as personagens são levadas a pensar se devem se sujeitar às expectativas sociais correntes da virgindade ou se buscam atender aos desejos do corpo, já permitidos e aceitos naquele momento da narrativa, de revolução sexual. Em suas divagações, por exemplo, Lorena questiona a validade de se manter pura esperando o divórcio de seu amante M.N. para se entregar a ele em sua noite de núpcias, ou se se rende ao desejo sexual, surgido em outros momentos, tanto quando de sua interação com seus amigos Guga ou Fabrício, ou quando se masturba:

— O Guga acabou de sair — digo e baixo a voz. — Lião, Lião, ele me beijou na boca, fiquei perturbadíssima.

— E daí?

— Daí acabou, fechei depressa meu chambre e botei ele na rua, mas não é estranho? Todo crescido, o cabelo, a unha, todo assim arrepiado, sabe como é? E eu que sonho com um homem limpíssimo me excitei a ponto dele perceber, me deu assim uma vontade de rolar com ele pelo chão, empoeirado, suarento! Mas pensei em M.N. e quebrou-se o instante mágico. (TELLES, 2009 p. 209)

Nesse trecho, Lorena tenta se esquivar da possibilidade de se entregar ao desejo recorrendo à sua paixão por N.M., colocando-o como impedimento para concretizar uma relação com outras pessoas por quem ela também nutre uma atração sexual. Romantiza, assim, sua primeira noite com o homem casado: “a melhor coisa mesmo é ficar imaginando o que M.N. vai dizer e fazer quando cair meu último véu. *O último véu!*” (TELLES, 2009 p. 13). Lorena tenta manter, então, o papel da boa moça, casta e de recato moral, censurando-se sistematicamente ao longo do texto sem necessariamente agir, apesar de se sentir atraída pelo erótico, flertando uma ruptura com tabus conservadores e contemplando a sexualidade na sua imaginação, não de forma explícita, mas fazendo uso de metáforas e eufemismos, como na descrição abaixo, quando observa um homem que, de forma lenta e minuciosa, cheira, manuseia e finalmente come um pêssego:

Pude ver que a ponta da língua era do mesmo rosado do bico do pêssego, pude ver que passou a lambê-lo com uma expressão que já era sofrimento. Quando abriu o bocão e deu o bote, que fez espirrar longe o sumo, quase engasguei no meu leite. Ainda me contraio inteira quando lembro, oh, Lorena Vaz Leme, não tem vergonha? (TELLES, 2009 p. 15)

Para Ana Clara, a virgindade garantiria a ascensão social por meio de um casamento com um homem rico de família tradicional, a quem ela chamava de

escamoso, e que exigia a pureza da futura esposa. Vinda de uma trajetória de abuso sexual e se relacionando com Max, por quem é apaixonada, ela precisa garantir um hímen e recorre a Lorena para bancar a cirurgia de vaginoplastia:

“— Divino-maravilhoso se o noivo milionário se casar com ela. Empristo o oriehnid para a plástica na zona sul, ele só se casará com uma virgem, ela tem que ficar virgem. Ai meu Pai.” (TELLES, 2009 p. 30).

Lia, em seu papel de militante feminista e politicamente engajada, defende a liberdade sexual. Nesse contexto, além de decidir quem seria seu primeiro parceiro, assume uma posição ativa ao tomar a iniciativa do ato sexual com Pedro, companheiro de militância que era virgem, numa inversão de papéis sociais atribuídos a homens e mulheres:

Eu ensino, por etapas, espera, por que tanta afobação. Não me machuque, não somos inimigos, procuro lhe dizer com a língua que aplaca a sua e ensina o beijo demorado. Profundo. No começo é só desajeitamento, não tem importância, depois tudo se arruma, tenho ainda uns quinze minutos, murmuro ao seu ouvido. Recuamos abraçados até a sala. Ele estende a mão e apaga a luz, quer que seja no escuro. De acordo, no escuro e de porta fechada, decido empurrando a porta com o pé. Seus dentes machucam meu lábio, é dentuço, ô, não lute assim às tontas, eu mostro o caminho. É sofrimento, sim, mas também é gozo, não se preocupe comigo, entende? Vamos, sem medo, estou do seu lado não contra você. [...] Não é nenhuma porta do Diabo, sussurro ao seu ouvido e rimos juntos. Também não é de Deus é só uma porta, entre. Explodiu em esperma e choro agudo (TELLES, 2009 p. 137).

A virgindade feminina, historicamente imposta às mulheres como um valor social e moral, era crucial para garantir um bom casamento e a honra da família, além de afetar o prestígio social e as oportunidades matrimoniais. A igreja, a medicina e o estado garantiriam a proteção das "mulheres honestas" por meio de regras sobre relacionamentos, a valorização do hímen e vigilância dos costumes.

No contexto da trama, as personagens debatem entre seguir as expectativas sociais da virgindade ou ceder aos desejos sexuais permitidos pela revolução sexual. Lorena romantiza a espera pelo divórcio de seu amante mantendo-se casta, Ana Clara se sujeita a uma vaginoplastia para cumprir uma demanda social e Lia, contestando papéis sociais, decide com quem se relacionar sexualmente.

Considerações finais

Lygia Fagundes Telles se destaca na literatura brasileira por abordar temas pertencentes ao universo feminino enquanto traça um panorama da sociedade e da vida política no Brasil. Sua obra trata da vida urbana, explora as relações humanas e aborda problemas sem necessariamente apresentar soluções. Ainda assim, há a intenção de oferecer uma reflexão das experiências cotidianas da vida de mulheres, incluindo aborto, sexualidade, relações amorosas e militância, sem necessariamente debater esses aspectos ou propor intervenções aos dilemas apresentados.

A análise da obra *As Meninas* é rica, pois coloca em evidência as angústias e aspirações de três universitárias representativas da classe média urbana brasileira num contexto de mudanças sociais durante a ditadura militar. Para o objetivo deste trabalho, o foco foi em examinar como o direito reprodutivo e a representação da mulher na sociedade brasileira eram abordados.

Para se analisar a narrativa, tratou-se primeiro das três ondas do feminismo, que, com objetivos e reivindicações distintas para cada momento, trouxeram mudanças importantes como o direito ao voto, autonomia reprodutiva e sexual e inclusão política, além de dar espaço para questionamentos sobre os papéis de gênero impostos socialmente. Dentro deste espaço está a literatura escrita por mulheres, por muito tempo considerada de menor valor e relegada a temas da vida privada, e que ainda hoje reflete um mercado editorial prevalente de autores e narrativas que privilegiam o universo masculino.

No contexto da ditadura, Telles coloca a repressão e a violência do regime como pano de fundo, enquanto narra sobre suas meninas que em grande parte da trama estão relegadas ao ambiente privado do pensionato: a militante Lia em sua figura de luta contra o autoritarismo e apoio aos companheiros; Lorena como o retrato de uma elite que se mostra alheia aos acontecimentos e extremos dos militares; e Ana Clara que simboliza aqueles marginalizados socialmente, em busca por ascensão.

A breve cronologia que aborda os direitos sexuais e reprodutivos enfatiza que, apesar dos avanços conquistados ao longo de séculos de reivindicações, com

acordos internacionais para proteção da maternidade e políticas públicas para enfrentamento de desigualdade de gênero, por exemplo, não há garantias de permanência dessas conquistas. Casamento, aborto, maternidade e virgindade são temas recorrentes na trama de Telles e que demonstram como as personagens lidam com cada um a partir de suas perspectivas de vida. Há claramente uma dicotomia entre contestar e almejar as imposições sociais impostas às mulheres, ao mesmo tempo que se tenta justificar as escolhas e desejos.

Referências bibliográficas

BAHIANA, Ana Maria. Almanaque 1964. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Vol. II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BELLIN, Greicy Pinto. A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem. Revista FronteiraZ, São Paulo, n. 7, dezembro de 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Relatora vota pela descriminalização do aborto até 12 semanas de gestação; julgamento é suspenso. Supremo Tribunal Federal, 22 set. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514619&ori=1>. Acesso em 14 dez 2023.

BRONZE, Giovanna. Justiça barra trecho de lei de Santo André que proibia aborto legal. 2023. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/justica-barra-trecho-de-lei-de-santo-andre-que-proibia-aborto-legal/>. Acesso em 14 dez. 2023.

CAETANO, Ivone Ferreira. O Feminismo Brasileiro: Uma Análise A Partir Das Três Ondas Do Movimento Feminista E A Perspectiva Da Interseccionalidade. In: Revista do Curso de Especialização em Gênero e Direito, n. 1 – 2017. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br./revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/revista_12017_sumario.html. Acesso em 15 nov. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org). Pensamento feminista - conceitos fundamentais, Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 325-333.

COELHO, Nelly Novaes. A literatura feminina no Brasil contemporâneo. São Paulo: Siciliano, 1993.

CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 40, p. 11-36, 2004. DOI: <https://doi.org/10.5380/his.v40i0.2735>. Acesso em: 29 dez. 2023.

COHEN, Susan & RICHARDS, Cory. The Cairo Consensus: Population, Development and Women. *Family Planning Perspectives*, 26(6), 272–277. 1994. <https://doi.org/10.2307/2135895>.

DALCASTAGNÉ, Regina. O espaço da dor. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

_____. Imagens da mulher na narrativa brasileira. O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira, [S. l.], v. 15, p. 127-135, dez. 2007. ISSN 2358-9787. Disponível em:

http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3267/3201. Acesso em: 14 dez. 2023. DOI:<http://dx.doi.org/10.17851/2358-9787.15.0.127-135>.

_____. Sombras da cidade: o espaço na narrativa brasileira contemporânea. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, [S. l.], n. 21, p. 33–53, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/8928>. Acesso em: 18 out. 2023.

FALCÃO, Márcio. Descriminalização do aborto no STF: entenda o que pode mudar na regra sobre gestação até a 12ª semana. G1. 2023. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/22/stf-julga-descriminalizacao-do-aborto-ate-a-12a-semana-de-gestacao-entenda-o-que-pode-mudar.ghtml>. Acesso em 09 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRANÇA, Gabriel Vicente. Juventude e universidade em "As Meninas", de Lygia Fagundes Telles. 2019. 161 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122019-171029/publico/GABRIEL_VICENTE_FRANCA.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

FRIEDAN, Betty. A Mística Feminina. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos. 2021.

FUNCK, Susana Bornéo. O que é uma mulher? *Revista Cerrados*, 20(31). Brasília, 2011. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/26036>.

LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. Encontros e desencontros discursivos em As meninas de Lygia Fagundes Telles. Dissertação (Mestrado em Literatura). Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

MATA, Anderson Luís Nunes da. As fraturas no projeto de uma literatura nacional: representação na literatura brasileira contemporânea. Tese (Doutorado em Literatura e Práticas Sociais). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 59–80, 2013. DOI: 10.1590/S0104-026X2013000100004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100004>.

MÜLLER, Angélica. O “acontecimento 1968” brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 180, a03920, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3vNbD3f>. Acesso em: 29 dez. 2023. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.168586>.

NAÇÕES UNIDAS. Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Cairo. 1994. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

OLIVEIRA, Romair Alves; CAMARGO, Flávio Pereira. Escrita feminina: uma forma de resistência. *Via Litterae*, v. 7 n 2, p. 329-349, 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. In: *Revista de Sociologia e Política*. 18(36): 15-23, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23816091003>. Acesso em 07 set. 2024.

PINTO, Cristina Ferreira. Consciência feminista/ identidade feminina: relações entre mulheres na obra de Lygia Fagundes Telles. In: SHARPE, Peggy (Org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Mulheres; Goiânia: Editora da UFG, 1997.

PRIORE, Mary Del. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In: PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Histórias e Conversas de Mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.

RODRIGUES, Vanessa Aparecida Ventura. As marcas da memória na escrita de As meninas, de Lygia Fagundes Telles. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, 2014.

ROMIO, Caroline Matos, ROSO, Adriane., CARDINAL, Mirela Frantz, BASSO, Samanta., & PIERRY, Larissa Goya. Saúde mental das mulheres e aborto induzido no Brasil. *Psicologia Revista*, 24(1), 61–81. 2015. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/24229>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. Tradução Deise Amaral. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 23-57.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA NAÇÃO. Protocolo para Julgar com Perspectiva de Gênero. Cidade do México, México: Supremo Tribunal de Justiça da Nação, 2020. E-book (202p.).

TELLES, Lygia Fagundes. *As meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____, Lygia Fagundes. *Durante aquele estranho chá: perdidos e achados*. Rio de Janeiro, Rocco, 2002.

_____. “A mulher escritora e o feminismo no Brasil”. In: SHARPE, Peggy (org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da EFG, 1997.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A insurgência do feminismo popular sob a ditadura militar. VIEIRA, Rosângela de Lima (org.). *Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 111-124.

TOTENBERG, Nina, MCCAMMON, Sarah. Supreme Court overturns Roe v. Wade, ending right to abortion upheld for decades. NPR, 24 de junho de 2022. Disponível em <https://www.npr.org/2022/06/24/1102305878/supreme-court-abortion-roe-v-wade-decision-overturn>. Acesso em: 07 set. 2024.

UnBTV. Diálogos: Terceira onda do Feminismo. YouTube, 8 de abril de 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5vK1XSMDjOA&t=19s>. Acesso em 10 nov. 2023.

VENTURA, Miriam. *Direitos Reprodutivos no Brasil*. Brasília: UNFPA, 2009.

VICK, Mariana. Direitos reprodutivos: uma história de avanços e obstáculos. Nexo, 2023. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2021/09/05/direitos-reprodutivos-uma-historia-de-avancos-e-obstaculos>. Acesso em 18 nov. 2023.

VIEIRA, Rosângela de Lima. (org.). *Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.111-124. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-573-5>.

WOOLF, Virginia. *A room of one's own*. London: Penguin, 1992.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do Feminismo. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, v. 7, p. 10-31, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf>. Acesso em 12 dez. 2023.